

**INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA**

**Escola Superior de Altos Estudos**

***VIGILÂNCIA ELETRÓNICA:  
MEDIDA DE AFASTAMENTO ENTRE AGRESSOR E VÍTIMA DE  
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA***

**PEDRO MANUEL MARTINS DOS REIS**

**Relatório de Mestrado em Serviço Social**

**Coimbra, setembro de 2012**



***VIGILÂNCIA ELETRÓNICA:  
MEDIDA DE AFASTAMENTO ENTRE AGRESSOR E VÍTIMA  
DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA***

**PEDRO MANUEL MARTINS DOS REIS**

Relatório apresentado ao ISMT para Obtenção do Grau de  
Mestre em Serviço Social

Orientadora: Professora Doutora Alcina Martins

Coimbra, setembro de 2012

## **Dedicatória**

**À minha esposa, Rita, também  
colega de escritório, com quem  
partilhei este estudo.**

**Aos meus pais, familiares e amigos  
a quem privei de convívio, durante  
a realização desta investigação, a  
que a todos dedico.**

## **Resumo**

Encarada como universal e transversal, a Violência Doméstica é um constructo complexo que não escolhe idades, género, nem estratos sociais.

O investimento nesta problemática tem particular intensidade a partir da década de sessenta (manifestações feministas) e maior destaque, em Portugal, na primeira década do século XXI. Surgem transformações no âmbito dos valores e mentalidades, deixando de ser um problema pessoal e do foro privado, passando a ter reflexos ao nível legislativo, na consideração de crime público; na implementação dos diversos Planos Nacionais de Combate à Violência Doméstica; assim como, na última década, nas políticas de proteção às vítimas. Hoje há um olhar diferente sobre o tema, garantindo maior investimento estatal e particular no combate ao flagelo.

Com base na revisão teórica efetuada, e enfatizando algumas das medidas protetivas recentemente instituídas, pretendemos estudar a medida de afastamento entre agressores e vítimas, por meios técnicos de controlo à distância, designados por Vigilância Eletrónica.

O objetivo principal da dissertação foi entendermos quais os contributos dos serviços de Vigilância Eletrónica para a proteção das vítimas de Violência Doméstica.

Para o efeito, contactámos a Direção Geral de Reinserção Social, nomeadamente os Serviços de Vigilância Eletrónica, sendo indicadas 5 vítimas que se encontram fiscalizadas pelo sistema de Vigilância Eletrónica, na Equipa de Coimbra, passando à recolha dos dados através de entrevista semi-diretiva.

A partir da análise de conteúdo das entrevistas, verificámos que esta medida é para todas as vítimas uma grande vantagem, por permitir, desde logo, o afastamento do agressor e o fim da vitimização; o restabelecer das relações sociais; proporcionar um sentimento de segurança; evitar pressões, aproximações e ameaças do agressor; e promover uma melhoria ao nível do estado de saúde, assim como dos seus filhos, possibilitando o seu tratamento e acompanhamento.

A problemática da Violência Doméstica vem a reunir maior discussão, dispondo de novas medidas na proteção das vítimas e de novos instrumentos legais. Contudo, o sistema judicial deverá ser mais célere no tratamento dos casos, bem como na determinação das medidas de coação, uma vez que se trata da proteção de vítimas com especificidades próprias.

**Palavras-Chave:** Violência Doméstica; Crime Público; Vigilância Eletrónica; Proteção das Vítimas; Medida de Afastamento.

## Abstract

Seen as universal and transverse, Domestic Violence is a complex construct that does not target age, gender or social backgrounds.

Special intensity is given to this problem in the sixties (feminist movements), and in Portugal, with a greater focus in the first decade of the 21<sup>st</sup> century. From this time on, greater changes regarding values and mentalities stand out, and the problem is no longer personal and private, but it causes impact at the legal level, becoming an intentional offense; it causes the implementation of several National Action Plans to Fight Domestic Violence; as well as, in the last decade, the implementation of policies for the protection of victims. Today, there is a different focus on the matter which grants a wider and more specific governmental action to fight the scourge.

According to the theoretical revising undertaken, and highlighting some of the protective measures recently established, we intend to measure the distance between aggressors and victims with remote control instruments called Electronic Vigilance.

The main goal of this essay is to understand the contribution of Electronic Vigilance devices on the protection of Domestic Violence victims.

In order to attain this, we contacted the Direção Geral de Reinserção Social (General Management for Social Reintegration), namely the Services of Electronic Vigilance, the team in Coimbra, with the collection of data with semi-structured interview.

With the analysis of the interviews' contents, we verified that this measurement is a great advantage for all the victims because it allows immediately the distancing of the aggressor and the end of the victimization; the reestablishment of social relationships; it provides a sense of security; avoids pressure, prevents the approach and threats by the aggressor; and promotes the improvement of health conditions of victims and their children, allowing their treatment and follow up.

The problematic of Domestic Violence brings up a greater debate and has now new protection measures to the victims, as well as new legal mechanisms. Nonetheless, the legal system must be faster regarding the treatment of each case, and in determining the enforcement measures since it refers to the protection of victims with specific needs.

**Keywords:** Domestic Violence; Intentional Offense; Electronic Vigilance; Victim Protection; Distance Measurement.

# ÍNDICE

## Lista de Siglas

|  |    |
|--|----|
| <b>Introdução</b>  | 1  |
| <b>1º - Violência Doméstica</b>  | 4  |
| 1.1 A Violência Doméstica na História  | 4  |
| 1.2 Violência Doméstica: Conceito  | 6  |
| 1.3 As Faces da Violência Doméstica  | 7  |
| 1.4 Impacto da Violência Doméstica   | 9  |
| 1.5 O Ciclo da Violência Doméstica   | 11 |
| 1.6 Violência Doméstica como um problema de saúde pública  | 12 |
| 1.7 Os <i>stalker</i> na Violência Doméstica   | 14 |
| <b>2º - Políticas de Proteção às Vítimas</b>   | 17 |
| 2.1 Políticas Sociais de prevenção às vítimas de Violência Doméstica                                   | 17 |
| 2.2 Violência Doméstica como Crime Público   | 20 |
| 2.3 Sanção para o Crime  | 22 |
| <b>3º - Vigilância Eletrónica</b>  | 24 |
| 3.1 Origem e Finalidades da Vigilância Eletrónica  | 24 |
| 3.2 Vigilância Eletrónica em Portugal  | 26 |
| 3.3 A intervenção das Equipas de Vigilância Eletrónica   | 28 |
| 3.4 A medida de afastamento fiscalizada pela Vigilância Eletrónica                                     | 30 |
| 3.5 Diligências precedentes à aplicação da medida judicial   | 31 |
| <b>4º – Os contributos da Vigilância Eletrónica para a proteção das vítimas de Violência Doméstica</b> | 32 |
| 4.1 Planeamento e estratégias metodológicas da investigação  | 32 |
| 4.2 Análise do processo de vitimização   | 34 |
| 4.2.1 Caracterização da relação entre a(s) vítima(s) e o agressor                                      | 35 |
| 4.2.2 A situação da(s) vítima(s) após as queixas e a separação   | 38 |
| 4.2.3 Alterações nas vivências da(s) vítima(s) depois da aplicação do sistema de Vigilância Eletrónica | 41 |

|  |    |
|--|----|
| 4.3. Discussão dos resultados                | 44 |
| <b>Conclusão</b>                             | 52 |
| <b>Bibliografia</b>                          | 55 |
| <b>Apêndices</b>                             |    |
| Apêndice 1: Guião de Entrevista              |    |
| Apêndice 2: Termo de Consentimento Informado |    |

*Vozes de dor, mãos sem amor*

*Nas encruzilhadas da dor encontramos diariamente pessoas amarguradas pela vida, iludidas e desiludidas com o amor, mas sem afecto, mãos sem amor... Agarram-se a uma esperança ténue, aquela pessoa vai mudar... Mas o tempo diz que ela não muda... Pensa-se que se irá trazer de volta aquela pessoa que outrora se pensou conhecer... Mas ela não volta...*

*Vive-se de tudo, pensa-se de tudo, faz-se de tudo, passa-se tudo e aguenta-se de tudo... Para ter um nicho de felicidade e paz...*

*Nas encruzilhadas da dor estão muitas vezes os filhos, que mesmo sem verem, vêem muito... Mesmo sem nada dizer, captam o pânico... sofrem tanto ou mais do que quem está a ser brutalmente agredido/a física e psicologicamente...*

*Estão os filhos a quem a faca espeta mesmo sem espetar, na insegurança que é ver duas pessoas que supostamente deveriam ser o modelo ...*

*Violência esta que, faz com que em diversas situações, se tenha de fugir, de ser acolhida bem longe com ou sem filhos, para tentar ter uma vida digna...*

*E esta violência infelizmente não emerge apenas na comunicação social... Ela existe mesmo na nossa porta ao lado... Como podemos dizer, não me meto? E se amanhã somos nós? E pelas crianças? Hoje estamos aqui para dizer Não, não fico cego/a, surdo/a, e mudo/a perante a violência..."*

*(Revista Notícias, pp. 21 e 22)*



## **Lista de Siglas**

ALC – Adaptação à Liberdade Condicional

APAV – Associação Portuguesa de Apoio às Vítimas

APMJ – Associação Portuguesa de Mulheres Juristas

CIDM – Comissão Para a Igualdade e Para os Direitos das Mulheres

CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

CC – Código Civil

CCF - Comissão para a Condição Feminina

CP – Código Penal

CPP – Código Processo Penal

CRP – Constituição da República Portuguesa

DIAP – Departamento de Investigação e Ação Penal

DIP – Dispositivo de Identificação Pessoal

DGRS – Direção Geral de Reinserção Social

DSVE – Direção dos Serviços de Vigilância Eletrónica

IML – Instituto de Medicina Legal

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

IRS – Instituto de Reinserção Social

ISMT – Instituto Superior Miguel Torga

JIC – Juiz de Instrução Criminal

LC – Liberdade Condicional

MP – Ministério Público

OPC – Órgão de Polícia Criminal

OMS – Organização Mundial de Saúde

OPHVE – Obrigação de Permanência na Habitação por Vigilância Eletrónica

PE – Pulseira Eletrónica

PNCVD – Plano Nacional Contra a Violência Doméstica

PRS – Plano de Reinserção Social

PSIP – Prestação de Serviços de Interesse Público

RC – Regras de Conduta

RF – Rádio Frequência

SEP – Suspensão de Execução de Pena

SEP/RP – Suspensão de Execução de Pena com Regime de Prova

SP – Serviços Prisionais  
SPP – Suspensão Provisória do Processo  
SRP – Suspensão com Regime de Prova  
SRS – Serviços de Reinserção Social  
SS – Segurança Social  
SVE – Serviço de Vigilância Eletrónica  
TPRS – Técnico Profissional de Reinserção Social  
TSRS – Técnico Superior de Reinserção Social  
UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta  
UML – Unidade de Monitorização Local  
VD – Violência Doméstica  
VE – Vigilância Eletrónica

## **Introdução**

Na convergência dos vários saberes, metodologias e aprendizagens, no decorrer da experiência profissional, e no sentido de aumentar os conhecimentos científicos e organizar os empíricos, surge a realização da Dissertação de Mestrado em Serviço Social, no Instituto Superior Miguel Torga – Escola Superior de Altos Estudos. Como refere Quivy (2005), não é perfurando ao acaso que este encontrará o que procura, assim, tive como orientadora<sup>1</sup> a Professora Doutora Alcina Martins.

Apesar dos avanços dos Direitos Humanos subsistem desigualdades entre género, de oportunidade e de poder, visível sob a forma de violência.

A problemática da Violência Doméstica (VD) tem tido, nas últimas décadas, maior visibilidade, conseguindo trazer à esfera pública o que outrora se passava em privado, não legitimando a reprodução de relações de dominação-submissão.

Esta prática atravessa os tempos e tem características similares em países cultural e geograficamente distintos, e com diferentes graus de desenvolvimento (Comissão para a Igualdade e Para os Direitos das Mulheres, 2003).

Considera-se um fenómeno antigo, mas só recentemente se tornou um problema social<sup>2</sup>. Atualmente há uma maior sensibilidade e intolerância social face à problemática, com maior clarividência através de ações de formação da comunicação, ou de instituições (governamentais e não governamentais) com formação específica para acompanhar cada caso. Normalmente assenta em bases privadas, tem sido encarada, quer pelo indivíduo, quer pela sociedade de uma forma fechada “entre marido e mulher ninguém mete a colher” (Silva, 1995, p.92).

Esta visão remete-nos de imediato para lacunas educacionais, de vivências e aprendizagens, que decorrem ao longo da infância e juventude, auxiliado por inúmeros fatores externos.

O aparecimento de estudos que contribuam para o conhecimento da realidade, e não da ocultação, desenvolve novas mentalidades no sentido da eliminação ou diminuição da problemática. “Os estudos (...) constituem uma «ciência prática»,

---

<sup>1</sup> O meu agradecimento à Professora Alcina e à Mestre Rosa Tomé pela receptividade com que me acolheram, pelo rigor e disponibilidade demonstrada ao longo da orientação. Muito Obrigado!

<sup>2</sup> «A crença de que os problemas familiares devem ser resolvidos na privacidade do lar, a par do isolamento da família nuclear, tem contribuído para a relutância das instituições em intervir nos casos de VD e para a perpetuação deste problema social» (Pagelow, 1984, p.13, cf. Dias, 2004, p.54).

na medida em que não queremos apenas conhecer factos e compreender as relações em nome do saber, mas também pretendemos conhecer e compreender com o objetivo de sermos capazes de agir e de agir «melhor» que anteriormente” (Langeveld, 1965, cf. Judith Bell, 2004, p.36)

Neste sentido, esta problemática exige que se faça uma leitura de sociedade hodierna, entendendo as mudanças profundas ao nível dos valores e das mentalidades, de modelos simétricos e de aproximação dos papéis do homem e da mulher refletidos nas relações de poder. Acompanham ideias de igualdade, de liberdade e emancipação, e passa a constituir um problema social, passando a possuir leis que protegem as vítimas e que condenam os agressores. Para isso é necessário que os agentes das várias instâncias formais e informais de proteção à vítima acompanhem estas alterações.

Segundo Portugal (2000), a criminalização será um passo importante no processo de responsabilização pública pelas injustiças cometidas no espaço privado, contudo, não vale a pena punir o criminoso se não se apoiam as vítimas. Qualquer “estratégia de intervenção requer que se compreenda o que se passa aos níveis da vítima, do agressor, do ciclo de violência e da espiral da violência” (Antunes, 2003, p. 60). Segundo Alarcão (2002, p.305), a intervenção exige a compreensão das dinâmicas destacando-se “2 fatores essenciais: o seu carácter cíclico e a sua intensidade crescente”.

A decisão de efetuar uma queixa terá maior consistência a partir da definição de condições de proteção, de segurança e de apoio à vítima. Este conjunto de requisitos está plasmado em documentos oficiais e legais que proporcionam, hoje, uma intervenção mais capaz e imediata. De acordo com os mecanismos de proteção às vítimas, através do IV Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (PNCVD), e mais especificamente da Lei nº 112/2009, de 16 de setembro, que estabelece o regime jurídico aplicável às vítimas de VD, no que concerne à proteção e assistência, no art.º 35, possibilita “sempre que tal se mostre imprescindível para a proteção da vítima, determinar que o cumprimento daquelas medidas seja fiscalizado por meios técnicos de controlo à distância”.

Assim, partindo da análise da nossa prática profissional, enquanto Técnico Superior de Reinserção Social (TSRS), que abrange o acompanhamento das vítimas e agressores de VD, e da revisão da literatura, decidimos desenvolver uma investigação que nos *permita entender quais os contributos desta medida na proteção das vítimas de Violência*

*Doméstica.* Optámos por proceder à realização de entrevistas às vítimas incidindo sobre as relações estabelecidas: durante a relação; depois da(s) queixa(s) e da separação; e, por último, depois da aplicação do sistema de Vigilância Eletrónica (VE).

Neste sentido, na perspetiva de aprofundamento da referida problemática, da implementação da VE em Portugal e o seu alargamento à VD, procedemos à leitura da literatura alusiva à temática, passando a analisá-la tendo em conta o contexto histórico, económico, político, social e cultural. Posteriormente, também a análise da implementação e crescimento da VE no mundo e, mais especificamente, na Europa e em Portugal. Atendendo a que é uma resposta mais recente, foi-nos difícil obter produções bibliográficas sobre a medida de afastamento, principalmente em Portugal.

O trabalho estruturou-se em quatro pontos. No primeiro aborda-se de forma abrangente a problemática da VD, fazendo a revisão teórica, suportando-nos dos contributos da legislação portuguesa até à década do século XXI, em que passa a ser considerado como crime público (em 2000). Seguidamente, analisaram-se as políticas de proteção à vítima, na prevenção e sanção criminal. No terceiro a intervenção dos serviços de reinserção social, designadamente no acompanhamento dos agressores e, de uma forma peculiar, das vítimas pelos serviços de VE.

Por último, apresentam-se os procedimentos metodológicos, dos resultados e sua discussão, e principais considerações finais, da investigação realizada a vítimas sob fiscalização pelo sistema de VE, na Equipa de Coimbra.

## **1º - Violência Doméstica**

### **1.1- A Violência Doméstica na História**

Desde os tempos da Suméria, Egito, Grécia e Roma antigas que às mulheres não lhes eram conferidos nenhum tipo de direitos jurídicos, tal como as crianças e os escravos, estavam submetidos à autoridade dos homens (Silva, 1995).

O casamento feminino era arranjado pelos pais, ou pelo pai da noiva e o seu futuro marido<sup>3</sup>. Tinham sobre elas todo o tipo de poderes inclusive a morte. A mulher passava da autoridade paterna para a do marido.

Na Roma antiga<sup>4</sup>, a mulher era um bem a negociar, objecto de dádiva ou troca. O seu valor era só o de terem filhos, assegurando a continuação de linhagem da família.

O Cristianismo trouxe consigo algumas modificações favoráveis para as mulheres, que viram assim a sua importância social aumentar bastante. Só que a partir do séc. XI, reforçam-se as normas que fechavam as mulheres dentro de casa ou na reclusão dos conventos. Isto levou a que no final da Idade Média um quarto dos Santos canonizados fossem mulheres. Muitas delas foram queimadas por serem acusadas de bruxaria, heresia, ou por contestarem a tirania dos poderes vigentes (Silva, 1995).

Do século XI ao XVIII verificaram-se profundas alterações a nível económico, religioso, político e cultural, que modificaram as relações entre os sexos, passando os laços entre marido e mulher a ser sobretudo de trabalho e serviço, atribuindo aos homens ocupações mais distantes e às mulheres ocupações domésticas. Vários documentos testemunham que os cuidados com os bebés eram muito diferentes dos de hoje. A entrega das crianças às amas era precoce e a mortalidade infantil era elevadíssima.

Com a industrialização no séc. XIX as mulheres e as crianças começam a trabalhar nas fábricas, horas a fio e com condições muito duras e precárias.

Apesar de a família ter caminhado no sentido da sentimentalização das suas relações, a Violência continuou a marcar e a ser vivida em silêncio, sendo considerado, a partir de meados do século XIX, para a classe operária «o centro do amor», «uma fortaleza segura contra um mundo hostil» (Shorter, 1977, p. 286, cf. Dias, 2004, p. 54).

---

<sup>3</sup> «Com o casamento, a mulher passava da tutela do pai para a do marido, ficando sem qualquer possibilidade de autonomização (Lebrun, 1983, p. 80, cf. Dias, 2004, p. 34). Era nítida a segregação dos papéis sexuais e a subordinação da mulher e dos filhos à autoridade do homem – chefe de família (Michel, 1975, pp. 128-130, cf. Dias, 2004, p. 34)».

<sup>4</sup> «...na época romana, em que «o princípio do Pátrio Poder (Pátria Potestae) permitia ao chefe de família vender, desfigurar ou matar à vontade a sua mulher e os seus filhos»; «o marido podia bater na sua mulher impiedosamente, mas a lei, na sua equidade, negava à mulher o direito de processá-lo porque tal, assim alegava, poderia destruir a tranquilidade do lar» (Pagelow, 1984, p. 15, cf. Dias, 2004, p. 53).

Ainda assim, a partir da Declaração Universal dos Direitos do Homem, iniciou-se uma caminhada inédita na história da humanidade, afirmando-se a necessidade de respeitar a igualdade entre todos os seres humanos.

O fundamento dos Direitos Humanos é o princípio de dignidade inerente à condição humana, independentemente de raça, cor, língua, nacionalidade, idade, convicções sociais, políticas ou religiosas<sup>5</sup>.

A VD é um fenómeno que tem assumido, por todo o mundo, proporções bastante elevadas e que a partir dos anos 60/70<sup>6</sup> passam a ser denunciados pelos movimentos feministas.

Atualmente, existem ainda muitos homens que não estão rendidos ao facto de as esposas trabalharem fora de casa. Pois ainda se encontram muito agarrados ao seu anterior estatuto de superioridade económica, moral e à posse de direitos e deveres que tinham que pôr em prática, de entre muitos os da violência física, psicológica e verbal.

Por razões culturais, sociais e mentais, ainda hoje, se verificam estruturas que perpetuam as discriminações do passado.

O campo dos direitos humanos, especialmente o dos direitos das mulheres, não é um campo pacífico. Antes, tem-se apresentado como um espaço constante de luta, em que a ação dos movimentos de mulheres tem sido fundamental para o seu questionamento e análise crítica.

Na Conferência Mundial dos Direitos Humanos, realizada em Viena em 1993, é referido que a violência contra as mulheres e crianças foi considerada o maior crime contra a Humanidade, tendo mais vítimas do que qualquer guerra mundial (Martins, cf. Pais, 1998).

No ano de 2010, o crime de VD, como está descrito no art.º 152º do CP, foi o 3º mais participado às forças de segurança (N=31235), sendo o 1º na categoria de crimes contra as pessoas. Assim como, no mesmo ano, foram mortas 43 mulheres vítimas de homicídio conjugal (Matos, 2012), descendo no ano de 2011 para 27 homicídios (União de Mulheres Alternativa e Resposta, 2012).

O aumento do número de queixas refletem a desocultação crescente deste fenómeno no país. Todavia, a VD continuará muito encoberta, tendo em conta a vergonha e o medo da vítima.

---

<sup>5</sup> Cândida Almeida, Procuradora-Geral Adjunta, no auditório do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, introduziu o tema, aludindo à "cultura machista nas sociedades ocidentais e orientais", citando, a propósito, o Corão, que diz que as mulheres foram feitas para os homens, que são seres inferiores, imperfeitos e de grandes astúcias". Adiantando que nesse livro sagrado, virtuosas são as mulheres obedientes. As que não são podem ser "ensinadas" até o ficarem.

<sup>6</sup> Portugal tem desde os anos setenta um mecanismo oficial para a igualdade de oportunidades entre as mulheres e os homens – a ex – Comissão da Condição Feminina, agora Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (Silva, 1995).

## 1.2 Violência Doméstica: Conceito

Ao longo das últimas décadas temos tido estudos que nos permitem um maior esclarecimento desta problemática «...surtem tantas definições de VD quanto os autores que estudam esta problemática» (Casimiro, 1998, p.47, cf. Dias, 2004, p.91).

Trata-se de um fenómeno ocorrente em todas as sociedades, que atinge milhares de pessoas, em grande número de vezes de forma silenciosa e dissimulada, mas a sua definição não é universal «Cada sociedade tem a sua própria violência, definida segundo os seus próprios critérios que variam de cultura para cultura» (Pais, 1996, p.31, cf. Dias, 2004, p.87).

Nas pesquisas e leituras realizadas, encontramos vários conceitos como os de “violência doméstica”, “violência familiar” ou “maus-tratos familiares”. Não havendo um conceito universal, depende da representação social que cada um dela faz, ou seja, do significado que lhe atribui de acordo com o meio sócio – cultural a que se pertence. Mas todos são generalistas ao afirmarem que este tipo de violência engloba “qualquer acto, conduta ou omissão que sirva para infligir, reiteradamente e com intensidade, sofrimento físicos, sexuais, mentais ou económicos, de modo directo ou indirecto (por meio de ameaças, enganos, coação ou qualquer outro meio), a qualquer pessoa que habite no mesmo agregado doméstico privado (crianças, jovens, mulheres, homens ou idosos, a viver em alojamento comum), ou que habitando no mesmo agregado doméstico privado que o agente de violência, seja cônjuge ou companheiro marital ou ex – cônjuge ou ex – companheiro marital” (Machado e Gonçalves, 2003, p.47).

Para alguns autores, a VD é “o exercício da força física e do poder sobre o outro, normalmente com o objectivo de controlar, retirar poder e/ou agredir, que ocorre nos relacionamentos de intimidade, parentesco, dependência ou confiança” (Monteiro, 2000, cf. Lisboa, 2002).

É um fenómeno bastante complexo e composto por diversos fatores, sejam eles, sociais, culturais, psicológicos, ideológicos, económicos, etc. (Costa, 2003)

O termo doméstico no âmbito da VD, não se deve confinar, apenas, aos limites das paredes do lar familiar, mas antes, focalizar-se no tipo e na natureza das relações que envolvem determinadas pessoas (APAV, 2010).

Quem, de modo reiterado ou não, infligir maus-tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais: ao cônjuge ou ex -cônjuge; a pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação (art.º 152º CP, de 2007).



Apesar de por VD se designar todo o tipo de agressões cometidas no seio de uma relação familiar, é nas mulheres que se concentram os esforços de erradicação desta problemática, porque é sobre elas que recai a esmagadora maioria dos casos<sup>7</sup>.

“A violência é o resultado da existência de uma ordem hierárquica, ou seja, trata-se de alguém que julga que os outros não são tão importantes como ele próprio e que esta é uma atitude que abre a porta à violência nas relações” (Machado e Gonçalves, 2003, p.55).

Através da realização do inquérito nacional à violência contra as mulheres feito em Portugal, chegou-se à conclusão que a casa é o espaço privilegiado da violência contra as mulheres e a violência ser transversal a todas as classes sociais, diferenciando-se contudo quando analisada segundo as suas formas/tipos de manifestação (Pais, 1998).

Com a nova legislação, tem-se verificado maior vontade de mudança, pretendendo dar o direito à dignidade e ao respeito que é devido ao ser humano: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos” (Declaração dos Direitos do Homem, 1949, Art.1º).

O conceito de VD abrange todos os actos de violência física, psicológica e sexual perpetrados contra as pessoas, independentemente do sexo e da idade, cuja vitimação ocorra em consonância com o conteúdo do artigo 152.º do CP (Resolução do Conselho Ministros nº100/2010).

São considerados fatores contribuintes para a violência: o “isolamento (geográfico, físico, afectivo e social), a fragmentação (como mal que consiste em considerar apenas uma parte menor do problema e que tem a ver com o rótulo que se confere à pessoa em concreto), o poder e o domínio ou a influência moral” (Machado e Gonçalves, 2003, p.55).

### **1.3 As Faces da Violência Doméstica**

Como referido, a VD não escolhe género, nem idades, nem estratos sociais, qualquer lar pode ser o local de um ou mais episódios de violência. Esta expressa-se através de vários comportamentos: coagir e ameaçar; intimidar; usar a violência emocional; isolar; minimizar, negar e condenar; instrumentalizar os filhos; utilizar privilégios machistas e utilizar a violência económica<sup>8</sup>.

Normalmente as vítimas são violentadas de forma física, emocional, psicológica, sexual e verbal, e só muito raramente uma forma de violência acontece isoladamente.

---

<sup>7</sup> “Quem pede ajuda são maioritariamente as mulheres (85%) e fazem-no no contexto de uma agressão perpetrada pelo cônjuge ou ex-cônjuge (82%) ... (Matos, 2012, p. 167).

<sup>8</sup> Segundo Silva (1995), uma camponesa numa aldeia de Bragança, dizia: “Os homens ainda querem continuar a mandar, como eles gostam. Mas as mulheres agora não estão para isso. Também ganham e não precisam de se submeter à vontade deles”.

A violência física é o uso de força com o objetivo de magoar, deixando ou não marcas evidentes. São comuns a este tipo de violência actos como agredir com sovas, apertar o pescoço, puxar o cabelo violentamente, bater com a cabeça contra paredes ou superfícies semelhantes, bater com a própria cabeça na sua cabeça, empurrá-la pelas escadas abaixo, pontapeá-la, tentar matá-la, não a socorrer depois dos ataques ou na doença, murros, agressões com diversos objectos e queimaduras por objectos ou líquidos quentes.

Quando a vítima é criança, além da agressão activa e física, também é considerado violência a negligência praticada pelos pais.

Estudos levados a cabo pelo IML (2000), referem que a violência física é a mais frequente entre os processos que deram entrada com valores superiores aos 80%.

Na violência emocional incluem-se insultos, gritos, críticas permanentes, desvalorização, ameaças que podem levar à instalação de um quadro depressivo e ao suicídio (Alarcão, 2002).

O terror e o pânico caracterizam o modo de vida das vítimas que são ameaçadas, coagidas e culpadas pela violência de que são vítimas, de tal forma que os custos desta violência emocional podem trazer danos irreversíveis.

A violência psicológica, mesmo não deixando marcas físicas, por vezes, provoca danos mais dolorosos que os da violência física. É caracterizada pela rejeição, discriminação, humilhação, desrespeito e punições exageradas (Dias, 2004).

A violência sexual, normalmente, aparece ligada à violência física e psicológica, ainda que estas ocorram com mais frequência.

A violência sexual consiste no abuso sexual, violação, práticas tradicionais prejudiciais à mulher (como a mutilação dos órgãos genitais) e a exploração sexual através da prostituição.

A violação no casamento foi uma das áreas mais debatidas no âmbito da VD, devendo-se esta ação ao movimento das mulheres e principalmente das feministas. Graças a estas, a violação passou a ser reconhecida como um crime sexual, como sendo uma forma de violência conjugal, contrapondo a ideia de “a licença de casamento ser uma licença de violação» (Finkelhor Yllo, 1993, cf. Dias, 2004, p.119).

Normalmente a violência verbal não é só dirigida a uma pessoa específica, mas para outros membros da família. A vítima pode também utilizá-la, mas de uma forma defensiva ou de resposta a outro tipo de violência.

De acordo com Hayes e Emshoff (1993), “ a agressão verbal e emocional assume a forma de degradar, humilhar, aterrorizar e ameaçar um indivíduo (adulto ou criança) com a finalidade de destruir a sua auto-estima”.

Para muitos autores, a agressão verbal é entendida «como um tipo de comunicação verbal ou não verbal, com a intenção de causar sofrimento psicológico a outra pessoa, ou de ser assim percebido. Os exemplos incluem chamar nomes ou fazer comentários desagradáveis, bater com a porta ou partir alguma coisa, o silêncio gélido ou o amuar» (Dias, 2004, p. 118).

#### **1.4 O impacto da Violência Doméstica**

Da violência prolongada e sistemática sobre as vítimas, é sabido que são sobretudo agressões de ordem física e psicológica. Causam não só lesões ao nível físico, mas também provocam elevados graus de ansiedade e de depressões, deteriorando a saúde no geral.

Um conjunto de conhecimentos sobre o impacto da vitimação, concluem que podem repartir-se em 3 campos: a vitimação direta, a vitimação secundária (decorrente das respostas de outros, nomeadamente do aparelho de justiça à vítima) e a vitimação vicariante (consequência do crime sofrida por outros que não a vítima direta, tais como os seus familiares).

Diz-se que o século XX é o século das mulheres, mas continuamos em pleno século XXI a presenciar uma realidade que põe em causa a qualidade de vida e os direitos das mulheres e dos seus filhos (violênciaonline. 2011).

A VD surge na confluência de diferentes tipos de variáveis (pessoais, relacionais, situacionais e culturais) cuja compreensão assume, muitas vezes, grande dificuldade. Daí que as fortes raízes sociais não podem, de todo, ser ignoradas, sobretudo os valores transmitidos por uma cultura patriarcal, sustentada a partir dos discursos socialmente dominantes sobre o género e a conjugalidade.

A mulher, enquanto vítima, vive num receio constante de ser violentada pensando na forma como dar volta à situação no sentido de pôr um ponto final na relação. Mas a decisão nem sempre é fácil, há determinados fatores que levam a tolerar e manter a relação violenta, entre outros: amor, orgulho, a falta de apoio familiar e social; a dependência económica; a vergonha; o peso da responsabilidade de cuidar dos filhos sozinha, baixa auto-estima, e o medo de ser ainda pior tratada, ou a combinação de todas ou de algumas destas. Por outro lado, um dos problemas maior é que ela é frequentemente passada de geração em geração. Várias teses concluem que o género masculino se apoia na violência para preservar o *status*

quo e para exercer as suas posições de poder ou controlo. Assumem o propósito de dominar a vítima, de lhe infligir deliberadamente dano, induzir medo, fazê-la sentir-se subordinada, desvalorizada e incompetente. Neste contexto, referem Greene e Bogo (2002) citado por Matos (2005) que “a violência é unicamente uma tática de obter controlo absoluto no relacionamento”.

Segundo Matos (2003), na perspetiva das mulheres maltratadas, a vulnerabilidade à reincidência é alimentada por várias circunstâncias consequentes à violência: a descrença nas autoridades, bem como a legitimação e impunidade social atribuída ao comportamento maltratante.

Torna-se muitíssimo evidente que as crianças podem sofrer com o testemunho de conflitos ou violência interparental, originando profundos efeitos. Para alguns autores, a família é considerado um lugar de perigo para as crianças (Sani, 2002).

A violência exercida indiretamente<sup>9</sup> sobre estas crianças designa-se por violência vicariante (Comissão Para a Cidadania e Igualdade de Género, 2011). Este testemunho da violência tem vindo a estar associado a problemas emocionais, comportamentais e de aprendizagem na criança com susceptibilidade da criança ser prejudicada pelo nível de desenvolvimento, severidade da exposição, proximidade física ao incidente e proximidade emocional à vítima (Margolin, 1998, cf. Sani, 2002).

Quando criança, os comportamentos violentos ocorrem do adulto para a criança. Na adolescência a vítima pode surgir como agressor devido à convivência em ambiente familiar violento no relacionamento.

Teses mais recentes identificam numerosos fatores que influenciam, desde cedo, os comportamentos sociais e agressivos, dependentes de variáveis familiares e parentais (interação pais/crianças; estilos educativos) bem como das características da criança. Segundo a teoria da aprendizagem social, as crianças imitam os comportamentos apresentados pelos pais (Bandura, 1973, cf. DiLalla, sd).

A problemática da vinculação e da dependência são fundamentais no desenvolvimento das histórias de violência. É frequente observar-se que, nas anamneses de pais ou de filhos violentos, há outros pais e filhos ativamente violentos, sendo aqueles espetadores mais ou menos passivos ou alvos dessa mesma violência. E quando os genogramas se alargam podemos facilmente encontrar situações semelhantes que parecem fazer deste um processo de certa forma – hereditário – (Alarcão, 2002, p. 291).

---

<sup>9</sup> Dias, 2004, citado por Straus e Gelles, 1990, «Vários estudos provaram que os homens que agredem frequentemente as suas mulheres tendem igualmente a maltratar os filhos».

Vários estudos com crianças que testemunharam ocorrências de violência apresentaram problemas de internalização e de externalização. Estes estarão relacionados com dificuldades ao nível das competências sociais, designadamente nas relações interpessoais, resolução de problemas, agressividade, capacidade de empatia debilitada e baixos níveis de realização académica (Sani, 2002). No entanto os efeitos mais negativos são normalmente de ordem psicológica, embora sejam afetadas no funcionamento emocional, comportamental, social, cognitivo e físico (Miller-Perrin & Perrin, 1999, cf. Sani, 2002). As crianças podem mesmo ter vergonha por pertencer a uma determinada família; de ter de manter um segredo e de não ser capaz de trazer amigos para a sua casa ou celebrar festas familiares (Davidson, 1978, cf. Margolin, 1998, cf. Sani, 2002).

“As crianças que vivem em ambientes de violência conjugal têm vindo a ser designadas de vítimas escondidas, desconhecidas, esquecidas ou silenciosas” (Holden, 1998, cf. Sani, 2002, p. 42).

### **1.5 O Ciclo da Violência Doméstica**

De acordo com Corsi (1995), em 2% dos casos o abuso é contra o homem, e em 75% dos casos é contra a mulher e nos 23% restantes a violência é recíproca. No entanto, em 2004, 15% (Diário Notícias, 2012) das queixas foram apresentadas por vítimas masculinas.

Na compreensão da dinâmica da violência conjugal, Madalena Alarcão (2002) refere que é importante considerar dois fatores: o seu carácter cíclico e a sua intensidade crescente. Assim é referido um ciclo que comporta 3 fases:

A primeira é designada por “acumulação da tensão”, trata-se do período de tempo ao longo do qual os pequenos conflitos da vida quotidiana se vão transformando em situações de grande tensão emocional, que provocam um acumular de ansiedade e de hostilidade, e em que ocorrem episódios de agressão verbal e ameaças de ofensa à integridade física.

A segunda fase é denominada pela fase da “explosão/do episódio agudo”, verifica-se o acontecimento mais significativo do consumo dos maus-tratos, ou seja a tensão acumulada dá lugar à explosão da violência (pode ir do empurrão até ao homicídio).

A terceira e última fase é conhecida pela fase de “lua-de-mel”, o agressor manifesta arrependimento pelo atos cometidos, argumentando que não se repete.

Este ciclo tem um determinado percurso e evolução que permite encontrar aspectos comuns nas agressões e determinar, prever a progressão e escalada num relacionamento. À medida que a violência prossegue, o ciclo respetivo modifica-se: a primeira fase torna-se cada vez mais curta e mais intensa; a segunda fase fica mais frequente e grave; e a terceira é cada vez menos duradoura e menos intensa.

A experiência mostra que, ou esse ciclo se repete indefinidamente, ou, muitas vezes, termina em tragédia com uma lesão grave ou até o homicídio da mulher.

A intensidade da violência conjugal começa frequentemente por uma agressão psicológica: o agressor ridiculariza, ri-se, ignora...a vítima começa a ter medo de falar...começa a ficar deprimida e fraca. Num segundo momento, surge a verbal que cria um clima de medo constante. Nesta altura, sentindo-se emocionalmente desequilibrada e deprimida consulta o psiquiatra e começa a tomar psicotrópicos. Finalmente surge a física no meio da qual podem surgir as exigências de carácter sexual e violação (Alarcão, 2002, pp. 305-306).

Como foi referido anteriormente, são múltiplas as razões que levam a que a vítima mantenha a relação violenta, bem como há razões de ordem cultural, religiosa, mitos<sup>10</sup>, crenças e práticas pessoais que desempenham um importante papel na manutenção da relação do casamento. Ou, simplesmente, porque acredita na mudança do comportamento do agressor. Teresa Rosmaninho (manualmediavd.pt, 2005) apresenta uma quarta fase a que designa de “escalada e reinício do ciclo”. Depois de perdoado, volta a irritação, a tensão aumenta e termina a fase mais agradável, e regressamos ao ciclo da violência.

## 1.6 Violência Doméstica como um problema de saúde pública

A VD, em especial no âmbito familiar, é um grande problema de saúde pública, que tem efeitos destrutivos, causando uma elevada perturbação psicológica e/ou física nas vítimas<sup>11</sup>.

Na década de 1980 e, mais intensamente, na década de 1990, a violência adquiriu maior força nos debates políticos e sociais e no planeamento em saúde pública. Neste período a OMS começou a falar declaradamente desta problemática.

Em 1994, realizou-se uma conferência internacional com os Ministros de Saúde das Américas, pesquisadores e especialistas sobre o tema. Das conclusões deste encontro,

---

<sup>10</sup>A mulher sofre porque quer, senão já o tinha deixado.

Facto: a mulher maltratada pode não dispor de meios económicos para se poder afastar;

As mulheres sentem-se dependentes.

Facto: muitas vezes a mulher não tem apoios para abandonar o local com os filhos do agressor;

A mulher alguma coisa fez...

Facto: nada justifica a violência, nem ninguém tem o direito de maltratar;

O homem tem desculpa porque tem problemas ou estava embriagado.

Facto: a agressão é punida por lei; o tipo violento quase sempre reincide;

Entre marido e mulher ninguém mete a colher.

Facto: enquanto problema social todos podem vir a precisar de ajuda;

Quanto mais me bates mais gosto de ti.

Facto: muitas mulheres vivem em permanente estado de terror físico e mental;

É preciso aguentar para bem dos filhos.

Facto: a separação dos pais pode não causar tanto sofrimento à criança quanto os maus-tratos à mãe. (Costa, 2003)

<sup>11</sup> Para além da violência exercida em contextos de intimidade ser frequentemente mais severa e resultar em danos mais significativos (Kross et al., 2001, cf. Matos, 2005) do que aquela que é cometida por estranhos, a literatura refere também que as mulheres que experienciam relações íntimas violentas têm globalmente uma saúde mais precária do que as mulheres sem experiência de violência íntima (Abbott & Williamson, 1999 cf. Matos, 2005).

destacou-se a constatação de que a violência, devido ao grande número de vítimas e à magnitude de suas sequelas físicas e psicológicas, adquiriu um carácter endémico e se tornou uma responsabilidade da saúde pública, uma vez que cabe a este sector o atendimento de urgência, tratamento e reabilitação das suas vítimas (Minayo, 2006).

Em 1997, a OMS convocou uma nova conferência internacional sobre saúde, desta vez contando com a participação dos Ministros de Saúde dos países integrantes da ONU. A OMS assume como definição para violência o uso intencional de força ou poder, através de ameaça ou agressão, contra si mesmo, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade, que resulta ou tem grande probabilidade de resultar em ferimentos, morte, prejuízos psicológicos, problemas de desenvolvimento ou privação (Dahlberg & Krugg, 2002).

Neste sentido, percebemos que as reivindicações e reflexões suscitadas pelo movimento de mulheres, desde meados da década de 1960, começaram a aparecer nos textos e recomendações internacionais.

Por definição, a saúde pública diz respeito à melhoria de condições de vida para o maior número possível de pessoas. A sua preocupação é a prevenção dos problemas de saúde e a ampliação de melhores cuidados e segurança para as populações. Ou seja, julga-se que o comportamento violento e as suas consequências podem ser evitados, assim como seu impacto pode ser minorado.

A violência, juntamente com as doenças crónicas e degenerativas, está a alterar o perfil dos problemas de saúde no mundo. Quando olhamos para os seus efeitos na saúde individual e coletiva é que percebemos a importância da formulação de políticas e práticas específicas para a sua minimização e prevenção. Esta causa impactos profundos na saúde das vítimas seja a curto ou a longo prazo. As investigações mostram que as mulheres que sofreram abuso sexual na infância ou vida adulta adoecem mais do que aquelas que não passaram por esta situação.

De modo geral, há um risco maior de desenvolverem depressão, tentativas de suicídio, dor crónica, transtornos psicossomáticos, ferimentos físicos, problemas gastrointestinais, síndrome de intestino irritável e diversos problemas para a saúde reprodutiva (gravidez indesejada, contaminação por HIV e outras doenças sexualmente transmissíveis, abortos espontâneos ou provocados) e virem a sofrer de stress pós-traumático (manualmerck.net, 2012) perturbação por ansiedade causada pela exposição a uma situação traumática muito incómoda, na qual a pessoa experimenta, mais tarde, repetidamente a mesma situação.

A violência conjugal também afeta, como anteriormente apresentado, os filhos do casal: crianças que a testemunham estão mais propensas a desencadear diversos problemas

psicológicos e comportamentais, incluindo ansiedade, depressão, baixo desempenho escolar, baixa autoestima, desobediência, pesadelos e queixas físicas. Estudos recentes também indicam que pode prejudicar, direta ou indiretamente, a mortalidade infantil, tanto na forma de abortos, fetos nados-mortos ou mortalidade infantil tardia (após os cinco anos de vida). (Heise & Garcia-Moreno, 2002).

A partir da inclusão da violência contra as mulheres na discussão pública dos direitos humanos e da saúde, começaram a ocorrer transformações mais efetivas nas políticas legais de muitos países, como a criação de programas de intervenção e outros serviços parceiros, assim como a maior consciência das vítimas que fê-las perceber que manter a privacidade dos maus-tratos não se traduz em ganhos para si própria nem para os seus filhos.

Podemos dizer que, até meados de 1990, as principais transformações ocorreram no campo dos direitos humanos e da justiça, com uma crescente consciencialização do aspecto criminal envolvido nas situações de VD e percepção de que a segurança das mulheres e crianças estaria garantida com a punição dos agressores. Contudo, destacamos a observação de Skinner, Hester e Malos (2005), que afirmam que esta agenda de punição, apesar de possuir aspectos positivos, não é suficiente e não estimula a criação de uma base para ações de apoio e suporte às vítimas ou de prevenção de ocorrência. Neste sentido, surgem alguns serviços públicos e privados de resposta às necessidades de intervenção com agressores, alguns conduzidos pelos cônjuges, outras através da imposição do Tribunal, no âmbito da SPP (Art.º281, do CPP) e SEP (Art.º50, do CP) (Gonçalves, 2005).

### **1.7 O Stalking na Violência Doméstica**

O stalking entrou recentemente em discussão no nosso país, começando, desde 2008, a ter maior visibilidade, principalmente na Universidade do Minho, no Gabinete de Psicologia, mais concretamente pelo GISP (Grupo de Investigação sobre stalking em Portugal), coordenado pela Professora Doutora Marlene Matos.

Embora seja um comportamento muito antigo, que existiu desde sempre no quotidiano das pessoas, os primeiros estudos sobre Stalking surgiram nos EUA e na Austrália e, a maior parte, em países Anglo-saxónicos, tendo o 1º estudo de vitimação sido realizado na Austrália, em 1996 (Matos, 2012).<sup>12</sup>

No mesmo Simpósio, Matos (2012) refere que Stalking tem a definição clássica de “acto de perseguir uma presa, silenciosamente e sem ser visto”, e que há 2 grupos mais vulneráveis, as

---

<sup>12</sup> No Simpósio Internacional “Fatores de Risco e de Proteção na Avaliação e Gestão do Comportamento Criminal”, no Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz.



mulheres e os jovens. Contudo, embora seja pouco consensual, havendo um debate aceso entre os vários saberes, Direito, Psicologia e a Sociologia, Stalking, essencialmente, consiste num misto de comportamentos de assédio persistente, indesejados pela vítima. Diferem no grau de intrusão, agregando ações discretas até atos muito intimidatórios, como perseguir na rua, invadir a casa, ameaçar de agressão física. A conduta intimidatória tende a escalar em gravidade e frequência, assumindo carácter repetitivo e imprevisível, despoletando, habitualmente, sentimentos de medo e de preocupação face à segurança. A duração do Stalking é um factor de risco muito importante, ou seja, quanto maior é a duração, mais violentos são os comportamentos.

Segundo Matos (2012), Sptizberg & Cupach identificam oito comportamentos levados a cabo pelos Stalking: hiperintimidade; os contactos através de telefones e *emails*; contactos de interação interpessoal (face a face); vigilância; invasão de propriedade e invasão de correspondência; assédio e intimidação; coacção e ameaça e, por último, a agressão e a violência.

Os crimes cometidos pelos cônjuges *stalkers* contra os seus companheiros são motivados por razões relacionadas com poder e controlo, procurando satisfazer desejos de retaliação ou vingança em resposta a situações de infidelidade ou abandono de lar. Estes procuram a reconciliação e a manutenção dos seus casamentos, podendo também ocorrer episódios motivados por ciúmes, pela procura de confirmação de uma eventual traição, bem como pela constatação de que os parceiros não são competentes na educação dos seus filhos. Desta forma, pode tentar a disputa pela custódia dos filhos e perseguir a vítima no sentido de obter provas para utilizar em Tribunal a seu desfavor (Brewster, 2003).

Hirigoyen (vítimasdestalking.pt, 2012) comenta a questão do "Stalking", chamando a atenção para o facto de que "a maioria dos homicídios de mulheres ocorre durante a fase de separação". Acrescenta que "a violência e a opressão se acentuam nesse momento e podem perdurar por muito tempo, depois de separados. O homem recusa-se a deixar livre a sua ex – companheira, como se ela fosse propriedade sua. Não consegue aceitar a sua ausência, e vigia-a, segue-a na rua, assedia-a por telefone, espera-a à saída do trabalho. Muitas vezes acontece ter de mudar de local de moradia. É como se a agressividade e a violência que se haviam mantido contidas durante a relação agora tivessem livre curso. A autora destaca que em países como os Estados Unidos "foram tomadas medidas de proteção (protective orders) para as mulheres vítimas desse tipo de assédio, extremamente perigoso, porque pode terminar

em homicídio" (Hirigoyen, 2006, pp. 56 – 57), sendo o stalking criminalizado no Japão e EUA desde 1990 (Matos, 2012)

Apesar de haver estudos em vários países, nem todos têm legislação específica sobre Stalking. Alguns dos países com legislação na Europa são: Bélgica, Áustria, Irlanda, Reino Unido, Holanda, Malta, Dinamarca e Itália, em 2009 (Matos, 2012).

Os efeitos potenciais de stalking atingem a saúde mental e emocional da vítima infligindo-lhe uma negação ou dúvida, ou seja, a vítima não acredita o que lhe está a acontecer.

Isso tudo causa efeitos potenciais na saúde psicológica da vítima de stalking como distúrbios do sono, problemas sexuais e de intimidade, dificuldade de concentração, fadiga, fobias, ataques de pânico, problemas gastrointestinais, flutuações no peso, automedicação e desordem pós-traumático do stress.

Segundo a jurista Cristina Borges Pinto, no seminário "Perspectivas actuais sobre violência doméstica, referindo-se ao estudo realizado por Coelho e Gonçalves em 2007, publicado na Revista Ciências Criminais: "Um estudo mostrou que do universo das mulheres assassinadas, 68% tinham sido sujeitas a um prévio Stalking pelos maridos ou ex-companheiros" (jn.pt, 2012).

De dados apresentados por Matos (2012), das conclusões do estudo realizado na Universidade do Minho sobre o Stalking, destacam-se alguns dos comportamentos mais típicos: vigiar ou pedir a alguém para vigiar; perseguir; tentar entrar em contacto com a vítima; aparecer em locais frequentados pelas vítimas e ameaçar a vítima ou próximos. As mulheres (67.8 %) são as principais vítimas e os homens são os principais "stalkers" (68 %).

O *stalking* não está previsto como crime no CPP, que, no entanto, pune várias ações<sup>13</sup> singulares relacionadas com o fenómeno, como assédio sexual, ofensas à integridade física simples ou grave, VD, ameaça, violação de domicílio, devassa ou perturbação da vida privada.

---

<sup>13</sup> "Mas chegará? Então e quando o "stalker" se posta em frente de sua casa. Não diz nada, não faz nada, só está lá. Ou à porta do local de trabalho? E se telefonar para a sua mãe a dizer-lhe que teve um acidente, que está no hospital e é mentira? E se lhe mandar coroas de flores para casa? Ou para o escritório? Ou uma carrinha funerária? E e-mails constantes? E quando lhe manda presentes indesejados? E quando faz negócios em seu nome com cobranças ao destinatário? E se lhe alterar os contratos da água, da luz e do gás pelo telefone fazendo-se passar por si? E quando não se deixa ver, mas marca a sua presença, um vaso deslocado na entrada da sua casa, qualquer coisa fora do sítio? Não são ameaças. Não lhe está a dizer que lhe vai fazer mal. Mas que perturba, perturba. E obriga-o a mudar de rotinas, a mudar de caminho para o trabalho, a mudar de caminho para levar os miúdos à escola. Tem de mudar de supermercado (em casos mais graves até de residência). Passa a ter de andar acompanhado... Muitas vezes, de facto, a acção de perseguir é uma espécie de escalada. O "stalker" dá pequenos passos no início mas a certa altura entrega-se de tal modo à coisa que não pode parar. E pode chegar a matar a vítima! Mas a questão não é só essa. É a de que viver sob o poder de um "stalker" é altamente stressante para a vítima. Ao criminalizar o assédio persistente estar-se-á a conferir poder à vítima, a dar-lhe os meios para agir em sua defesa, a criar mecanismos (como os que já há para a violência doméstica) para impor regras ao perseguidor." in jornal Público: <http://www.publico.pt/Search/1/?q=stalking>.

O estudo acima referido tem como uma das intenções, se não a principal, de sensibilizar para a criação de legislação específica, no sentido de implementar mais medidas para proteção das vítimas.

## **2º - Políticas de Proteção às Vítimas<sup>14</sup>**

### **2.1 Políticas Sociais de prevenção às vítimas de Violência Doméstica**

Nos últimos anos, o combate à VD tem sofrido grandes alterações e progressos, merecendo esta problemática maior dedicação, mostrando atento às questões e problemas relativos à condição das mulheres, refletindo-se na elaboração do IV PNCVD, promovendo maior visibilidade, com o contributo de várias instituições governamentais e não-governamentais.

Por conseguinte, o primeiro grande PNCVD surge, em 27 de Maio de 1999, e vigorou até 2002. Neste, a VD foi assumida como um flagelo que põe em causa a vida em sociedade e a dignidade da pessoa humana (PNCVD, 1999). O Plano congrega um conjunto de medidas adotadas a vários níveis (justiça, administração interna, saúde, educação e outros), dividido em três capítulos/objectivos: (I Sensibilizar e prevenir; II Intervir para proteger a vítima de VD e III Investigar/estudar), destacando-se o facto de assumir como vítimas não só as mulheres, mas também as crianças, os idosos e os portadores de deficiência de qualquer faixa etária.

Em 03 de Agosto de 1999 foi aprovada a Lei nº 107/99 estabelecendo o quadro geral da rede pública de casas de apoio às mulheres vítimas de violência, cabendo ao Estado, através do Governo, assegurar a sua criação, instalação, funcionamento e manutenção. De acordo com esta lei, a rede pública de casas de apoio deve ser constituída por, no mínimo, uma casa em cada distrito no continente (ou duas, no caso das regiões metropolitanas de Lisboa e Porto) e em cada uma das Regiões Autónomas. A casa de apoio deve ser constituída por uma casa de abrigo e um ou mais centros de atendimentos para tratamento e reencaminhamento de mulheres vítimas de violência, sendo todos os serviços oferecidos gratuitamente.

Em 2003 a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) refere que não existe uma verdadeira rede pública de casas de apoio, estando o serviço de atendimento e acolhimento de mulheres vítimas de violência conjugal muito descoordenados entre si, não obedecendo a padrões comuns de qualidade.

---

<sup>14</sup> “A proteção da vítima tem que ser, então, um projeto coletivo que responsabilize a família, a comunidade (que muitas vezes se quer assumir apenas como entidade sinalizadora, considerando que cumpre, com a denúncia, o seu papel) e as instituições envolvidas. É por essa razão que as intervenções em rede fazem cada vez mais sentido” (Alarcão, 2002, p. 297).

No presente, existem 34 casas-abrigo, distribuídas por 12 distritos de Portugal Continental e regiões autónomas dos Açores e Madeira, na sua totalidade geridas e dinamizadas por instituições sociais e organizações não-governamentais.

No ano de 1999, a Lei nº 129/99, de 20 de Agosto, aprovou o regime aplicável ao adiantamento pelo Estado da indemnização devida às vítimas de violência conjugal, e que incorram em situação de grave carência económica em consequência deste crime (CIDM, 2004). Segundo Dália Costa (2005), a indemnização às vítimas é um dos deveres do Estado por duas principais razões: por este ter falhado na garantia da ordem pública ou por assentar-se na noção de reparação social sustentada pelo imperativo da solidariedade social. Todavia, em Portugal, limita-se às vítimas de crimes graves (entre os quais a VD), desde que o prejuízo tenha provocado uma perturbação considerável na vida do(a) lesado(a).

Apesar de algumas lacunas no que concerne ao cumprimento do Plano, tendo sido este o primeiro, teve como mérito o facto de ser a primeira medida governamental destinada ao problema. A partir desta iniciativa, a VD passou a ter uma maior evidência perante a sociedade, surgindo novos serviços e associações destinadas a combatê-lo. Também durante a vigência deste Plano, diversas alterações legais foram implantadas, assunto que abordaremos mais adiante (CIDM, 2004).

Em julho de 2003, o Conselho de Ministros aprova o II PNCVD que vigora de 2003 a 2006 e incide sobre os seguintes capítulos: 1) Informação, sensibilização e prevenção; 2) Formação; 3) Legislação e sua aplicação; 4) Protecção da vítima e integração social; 5) Investigação; 6) Mulheres imigrantes; 7) Avaliação. Embora reconheça que a VD é praticada sobre homens, crianças, pessoas idosas e portadoras de deficiências também constitui uma grave violação de direitos humanos, este II PNCVD assume como foco principal as mulheres (CIDM, 2003a). Este Plano já apresenta uma adequada conceitualização e ordenação das medidas previstas, apresentando os operadores responsáveis por cada uma e a previsão de um calendário de execução, com prazos para o cumprimento de cada medida.

De acordo com o Guia de Recursos na Área da VD, elaborado pela Estrutura de Missão Contra a VD (2006), a rede de apoio à problemática é assegurada por acções de instituições de diversas áreas.

Inserido numa política de prevenção e combate é aprovado o III PNCVD, que abrange o período de 2007 a 2010 e atua através da promoção de uma cultura para a igualdade e a cidadania, do reforço de campanhas de informação e de formação, do apoio e acolhimento das vítimas numa lógica de reinserção e autonomia. Mais uma vez, apesar de identificar como

alvos da VD crianças, idosos e pessoas portadoras de deficiência, as mulheres são colocadas como o grupo onde se verifica a maior parte das agressões, sendo por isto o principal grupo beneficiário do Plano. Este contempla cinco áreas estratégicas de intervenção: 1) Informar, sensibilizar e educar; 2) Proteger as vítimas e prevenir a revitimização; 3) Capacitar e reinserir as vítimas de VD; 4) Qualificar os profissionais e 5) Aprofundar o conhecimento sobre o fenómeno desta problemática.

No decorrer das políticas implantadas para as mulheres em Portugal, percebemos um avanço nas propostas e nos conceitos que as fundamentam. De uma questão meramente feminina, na época da fundação da CCF, passamos para a discussão sobre a igualdade entre homens e mulheres (com a constituição da CIDM) e, finalmente, para as questões de género (com a constituição CIG).

Na continuidade do combate a este flagelo, que tem vindo a assumir-se como um dos objetivos nucleares para que se alcance uma sociedade mais justa e igualitária, o Programa do XVIII Governo Constitucional, na área das políticas sociais, preconiza-o em três domínios: na vertente jurídico-penal, na proteção integrada das vítimas e na prevenção da VD e de género. É neste quadro que surge o IV PNCVD<sup>15</sup> aprovado, no dia 17 de dezembro de 2010, pela Resolução do Conselho de Ministros nº100/2010, para o período entre 2010 e 2013, coordenado pela CIG.

O Plano prevê que sejam implementadas 50 medidas em torno das cinco áreas estratégias de intervenção: I) Informar, sensibilizar e educar; II) Proteger as vítimas e promover a integração social; III) Prevenir a reincidência – intervenção com agressores; IV) Qualificar profissionais; e V) Investigar e monitorizar.

Neste seguimento, a área estratégica de intervenção III, contempla na medida 35 «alargamento a todo o território nacional da utilização da VE».

Também o Conselho Europeu de dezembro de 2009, que aprovou o Programa de Estocolmo, define as prioridades dos próximos cinco anos no domínio da liberdade, segurança e justiça e estabelece um quadro para a resolução de muitos dos problemas associados à violência exercida contra as mulheres.

A Estratégia Europeia de Combate à Violência contra as Mulheres, 2011-2015, visa a erradicação de todas as formas de violência sobre as mulheres no espaço da União Europeia. Pretende-se que sejam reforçados, até 2015, em todos os Estados membros, os sistemas de prevenção, de proteção das vítimas e de penalização efetiva dos prestadores (IV PNVD).

---

<sup>15</sup> Diário da República, 1ª Série – nº243, de 17 de dezembro – Resolução do Conselho de Ministros nº 100/2010.

## **2.2 Violência Doméstica como Crime Público**

A VD exercida contra as mulheres durante muito tempo foi tolerada, sem qualquer tutela estatal e do direito, dando apenas legitimidade à intervenção do Estado na vida familiar quando estavam em causa direitos patrimoniais intrínsecos às relações familiares (Féria, 2005) e (Beleza, 2007). Promoveram desigualdade e injustiças ao constituir apenas o sujeito masculino como sujeito de direito. A legislação portuguesa permitiu, até 1852, o marido bater na mulher.

O Código Civil (CC) de 1867 impunha “naturalmente” à mulher o dever de obediência ao seu marido, a quem competia «dirigir a mulher» (Associação Portuguesa de Mulheres Juristas, 2005, p.15). Esta situação de subalternidade das mulheres perante seus maridos manteve-se substancialmente intacta no CC de 1966 e vigente até a reforma de 1977.

Em 1948, a Declaração Universal dos Direitos dos Homens consagra que quando um dos cônjuges exerce qualquer tipo de violência sobre o outro, comete um ilícito, estando em causa o direito à vida e à liberdade.

A Constituição da República Portuguesa (CRP), no seu art.º 9º, alínea b), considera como uma das tarefas fundamentais do estado “garantir os direitos e liberdades fundamentais e o respeito pelos princípios do Estado de Direito democrático”, e na alínea h), “promover a igualdade entre homens e mulheres”. Também no art.º 13º, o princípio da igualdade: “todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a Lei”.

A infidelidade conjugal, até 1982, foi considerada crime e, nesta matéria, são nítidas as assimetrias quanto ao sexo: até 1910, o adultério era considerado um crime exclusivamente feminino (Pais, 1998).

Em 1982, com a reforma Penal, aparece tipificado, pela primeira vez, em Portugal no art.153º do Código Penal (CP), passando a prever e a punir a conduta de maus-tratos conjugais, numa pena de prisão de seis meses a três anos e multa até 100 dias, sendo também considerado de natureza pública (ou seja, não necessita de apresentação de queixa por parte da vítima para instauração do processo), no mesmo normativo onde se previam e puniam outros ilícitos penais, nomeadamente, o crime de maus-tratos a menores e o de sobre carga de menores (Beleza, 2007).

Mais tarde, embora a Lei nº 61/91, de 13 de Agosto, que previa a possibilidade de aplicação da medida de coação de afastamento da residência, nunca tivesse sido regulamentada, em 1996, a APMJ alertou o Procurador-Geral da República sobre a necessidade de ser promovida

pelo Ministério Público (MP), vindo a resultar na emissão de uma Circular endereçada aos (as) Magistrados (as) do MP para que utilizassem esta medida de coação (Féria, 2005).

A revisão da CP, na Lei nº 48/95 de 15 de Março, alterou a matéria passando a vigorar no art. 152º do CP, contemplando na conduta punível os maus-tratos psíquicos, alargado às pessoas equiparadas ao cônjuge.

Na lei nº65/98 de 2 de Setembro, o art.152º CP contempla “maus-tratos e infracção de regras de segurança”, passando a ser considerado “quase público”, ou seja, o MP tinha legitimidade para iniciar o processo desde que se considerasse que o interesse da vítima o impunha.

O Regime Penal do crime de maus-tratos veio a ser de novo modificado em 2000 com a publicação da Lei nº7/2000 de 27 de maio.

Com as alterações introduzidas por esta Lei, atribui-se natureza pública à atuação prevista no nº2 do art.152º do CP, retirando a possibilidade de desistência do procedimento criminal. Consagrou-se o princípio da dignidade da pessoa, alargando ao progenitor de descendente comum em 1º grau a qualidade de sujeito passivo deste tipo criminal, nº3 do art.152º do CP.

Ficou, também, previsto uma pena acessória que se traduz na proibição de contacto com a vítima e que pode permitir o afastamento da residência, com a exceção prevista no nº4 do art.282º do Código Processual Penal (CPP), em que a duração pode ir até ao limite máximo de cinco anos.

Quanto ao início do procedimento criminal, por se tratar de um crime público, pode ser denunciado por qualquer pessoa ou entidade (não apenas pela vítima). Conforme o artigo 286º do CP, destacamos a obrigatoriedade das entidades policiais e para os funcionários públicos na denúncia dos crimes que tomarem conhecimento no exercício de suas funções e por causa delas.

Sendo, para os casos de VD, o crime base o de maus-tratos a cônjuge ou convivente em condições análogas às do cônjuge, conforme consta no artigo 152º, nº 2 do CP, no entanto, é possível identificar o crime de maus-tratos como outras infracções, sendo as mais frequentes: crime de ofensas à integridade física (artigo 143º e seguintes do CP); crime de homicídio (artigo 131º e seguintes do CP); crime de coação sexual/crime de violação (artigo 136º e 164º do CP); crime de ameaças/crime de coação (artigo 153º e 154º do CP); crime de difamação/crime de injúrias (artigo 180º e 181º do CP); crime de violação das obrigações de alimentos (artigo 250º do CP).

Com as novas alterações ao CP e ao CPP, na Lei 59/2007, de 4 de setembro, surge plasmado o seguinte: A separação entre a VD (art.º 152º), os (outros) maus-tratos (art.º152º-A) e a

violação de regras de segurança (art.º 152º-B), recebendo o art.º 152º o termo VD. Este passa a dizer respeito às pessoas vulneráveis que coabitem com o agressor, sem qualquer vínculo de parentesco, afinidade ou outro, num sentido mais amplo, podem-se designar como domésticas (como o caso de maus-tratos entre pessoas que, sem nunca terem coabitado, têm um filho em comum). Com a evolução da jurisprudência e das críticas apresentadas durante a discussão pública do projecto, por exemplo, pela APMJ, o texto da lei passa a referir agora a infligção de maus-tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais, de modo reiterado ou não. A Lei vem contemplar, entre as possíveis vítimas, a pessoa de outro ou do mesmo sexo (Lei nº7/2001, de 11 de Maio) com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação. Entre as múltiplas agravantes, surge a hipótese de o agente praticar o facto contra menor, na presença de menor, no domicílio comum ou no domicílio da vítima, que faz o mínimo da moldura penal subir de um para dois anos, mantendo-se o máximo nos cinco anos. As agravações pelo resultado preterintencional mantêm-se: a provocação negligente (art.º 18º) de ofensa à integridade física grave eleva a pena de dois a oito anos; a de morte, para a moldura de três a dez anos.

Como lembra Elza Pais, de um modo geral, Portugal encontra-se dotado de um conjunto de iniciativas e leis que procuram colmatar este problema.

### **2.3 Sanção para o Crime**

Em regra, ainda que sem dados oficiais sobre sanções aplicadas a agressores, por norma, embora prevista a pena de multa ou prisão, o Tribunal opta, preferencialmente, nos casos de não reincidência ou de gravidade acentuada, pela suspensão de execução (e desde que o condenado cumpra certas injunções e regras de conduta, tal como a obrigação de indemnizar a vítima pelos danos causados e/ou obrigação de não se aproximar dela), a não ser em casos de maior gravidade, sendo a opção pelo cumprimento efectivo da pena de prisão, ou a sua suspensão de execução com regime de prova.

Contudo, maioritariamente, o Tribunal, no instituto da Suspensão Provisória do Processo (SPP), regulado nos artigos 281º e 282º do CPP, assenta na procura de soluções consensuais para a proteção dos bens jurídicos penalmente tutelados e na ressocialização dos delinquentes. O MP pode decidir-se pela SPP, com a concordância do Juiz de Instrução Criminal (JIC), quando o crime seja punível com pena não superior a cinco anos ou com sanção diferente da prisão; desde que o arguido e o assistente concordem e se o arguido não tiver antecedentes



criminais; seja diminuto o seu grau de culpa e for de prever que o cumprimento das injunções e Regras de Conduta (RC) respondem às exigências de prevenção.

A SPP implica que o arguido aceite que lhe sejam impostas determinadas injunções e/ou RC: Indemnizar o lesado; Dar ao lesado satisfação moral adequada; Entregar ao Estado ou a Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) certa quantia; Não exercer determinadas profissões; Não frequentar certos meios ou lugares; Não residir em certos lugares ou regiões; Não acompanhar, alojar ou receber certas pessoas; Não ter em seu poder determinados objectos capazes de facilitar a prática de outro crime; Qualquer outro comportamento especialmente exigido pelo caso.

Além destas injunções e RC, poderão propor outras, conforme o despacho 13/2001 do Procurador-geral Adjunto do Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) de Coimbra, nomeadamente: Prestação de Serviço de Interesse Público (PSIP); Frequência de acções formativas da problemática em causa; Contacto, visitas a Instituições relacionadas com a problemática específica, nomeadamente, cidadão portador de deficiência; Propor tratamento médico ou cura em Instituição adequada.

O incumprimento destas obrigações pelo arguido determina o prosseguimento dos Autos.

A Suspensão de Execução de Pena (SEP) é regulada nos termos do artigo 50º CP, podendo o tribunal suspender a pena de prisão aplicada em medida não superior a três anos se, atendendo à personalidade do agente, às condições da sua vida, à sua conduta anterior e posterior ao crime e às circunstâncias deste, concluir que a simples censura do facto e a ameaça da prisão realizam de forma adequada e suficiente as finalidades da punição.

Quando o tribunal achar conveniente a SEP, determina o cumprimento de RC (art.52º, CP) ou Suspensão com Regime de Prova (SRP), (art. 53º, CP), entre um a cinco anos, a contar do trânsito em julgado da decisão.

Quando determina SRP, o condenado é sujeito a um PRS, executado com a vigilância e apoio, durante o tempo determinado pelos Serviços de Reinserção Social (SRS).

O regime de prova é, em regra, de ordenar quando a pena de prisão é superior a 3 anos e o condenado não tiver, à altura do crime vinte e um anos de idade (nº3 do art.º 53º CP).

O tribunal pode impor os deveres ou RC referidos nos artigos 51º e 52º do C.P. e ainda outras obrigações que interessem ao Plano de Reinserção Social (PRS), nomeadamente: Responder a convocatórias do magistrado responsável pela execução e do TSRS; Receber visitas do TSRS e comunicar-lhe ou colocar à sua disposição informações e documentos comprovativos dos seus meios de subsistência; Informar o TSRS sobre alterações de residência e de emprego,

bem como sobre qualquer deslocação superior a oito dias e sobre a data do previsível regresso; Obter autorização prévia do magistrado responsável pela execução para se deslocar ao estrangeiro.

Nas alterações ao CP e ao CPP, na Lei 59/2007, de 4 de Setembro, a imposição de penas acessórias também sofre modificações: a pena de proibição de contacto com a vítima pode incluir não só o afastamento da residência desta, mas também o do seu local de trabalho e o cumprimento da medida pode ser fiscalizado por meios técnicos de controlo à distância. A duração alongou-se: pode ir até cinco anos e o mínimo está fixado em seis meses; acrescenta-se a proibição de uso e porte de armas como garantia acrescida de segurança da vítima; e a tudo isto acresce ainda a possibilidade de o condenado ser sujeito à obrigação de frequência de programas específicos de prevenção da VD.

A Lei nº112/2009, de 16 de setembro, estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da VD, à proteção e à assistência das suas vítimas, e revoga a Lei nº 107/99, de 03 de agosto e o Decreto-Lei nº323/2000, de 19 de dezembro, e faz surgir um conjunto de medidas (artº3º-Finalidades), o Estatuto de Vítima, passando o processo-crime de VD a ter natureza de urgência (art.º 28º, nº2).

No art.º 35º está plasmado que caso se mostre imprescindível, para a proteção da vítima, a proibição de contactos entre o agressor e a vítima de VD (no âmbito de medidas de coação, de SPP, de SEP ou como sanção acessória), esta seja monitorizada através de meios técnicos de controlo à distância, utilizando tecnologia de comunicação móvel e telelocalização, designados por VE.

### **3º - Vigilância Electrónica**

#### **3.1 Origem e Finalidades da Vigilância Electrónica**

Os processos evolutivos da sociedade propiciam a mudanças constantes do ponto de vista singular e coletivo, não colocando o crime à margem, estando este presente, em mutação e de maior complexidade, potenciado pelas transformações sociais.

“O crime e os comportamentos criminosos constituem preocupações que persistem no tempo, comuns a todas as sociedades e que mobilizam as diversas áreas da ciência na procura de explicações para a sua emergência, na busca das mais eficazes soluções para o seu combate e prevenção” (Sani, 2010, pp.15-16).

O crescente de criminalidade e o aumento dos presos no sistema penitenciário, de acordo com a corrente, conduziram a determinadas respostas, à reclusão, e nalguns países anglo-

saxónicos, à probation, não sendo os resultados muito positivos, provocando a proliferação, a nível logístico e financeiro, entrando o sistema em colapso, nos anos 80 e 90.

O desenvolvimento tecnológico e a procura de soluções que garantissem menores custos, segurança e controlo, após várias experimentações, têm início nos EUA, tendo a primeira início com a probation e com a mesma premissa. O juiz, Jack Love, procurava uma solução para não mandar ninguém para a prisão, sabendo que caso alguém não correspondesse positivamente, a teria como certa.

Desde 1988 que nos EUA<sup>16</sup> o uso dos meios conhecidos por VE ou Pulseira Eletrónica (PE) vem em crescendo, sendo aplicado nas várias fases jurisdicionais no âmbito penal (fase pré-sentencial; sentencial, medida alternativa à pena de prisão de curta duração, como medida de flexibilização da pena de prisão) e na delinquência juvenil.

Hoje a VE é um instrumento crucial nos sistemas de justiça criminal nos 5 continentes, tornando-se assim uma solução interessante do ponto de vista financeiro, sendo uma solução mais económica, comparativamente à prisional, e de infra-estruturas (estabelecimentos e recursos humanos) com menor encargo para o estado.

Surge na Europa nos finais do anos 80, nomeadamente no Reino Unido, a título experimental, vindo a sedimentar-se na década de 90, e nas medidas penais na Suécia e Holanda. Generalizou-se nos finais da década em 1998, na Bélgica e Escócia, e em 1999 na Suíça.

“Encaminhamo-nos para a VE constante: vigilância sobre o inimigo e sobre nós próprios. O mundo em que vivemos vai-se tornando cada vez mais um mundo de controlos de identificação, câmaras de vigilância, bases de dados de impressões digitais, programas de filtragem de correio eletrónico e escutas de telemóveis. (...) (Shenk 2003 cf. Caiado, 2008 p. 83)”.

A VE tem como finalidade a fiscalização por meios técnicos de controlo à distância de uma decisão judicial, definida relativamente à presença de um arguido ou condenado num determinado local. Este sistema pretende contribuir para: reduzir o excesso da população prisional e os seus custos; Controlar de modo rigoroso e permanente o cumprimento de certas decisões judiciais; diminuir a reincidência criminal através da supervisão intensiva inerente à VE e da retirada do arguido ou condenado dos meios criminógenos; Proporcionar novos instrumentos ao serviço da ressocialização dos delinquentes.

---

<sup>16</sup> Existem 2 modalidades de VE: o front door (como alternativa às penas de prisão de curta duração) e o back door (como uma forma de retirar das prisões os condenados em fase final da pena).

### 3.2 Vigilância Eletrónica em Portugal

Portugal acompanhou a tendência europeia de sobrelotação prisional nas décadas de 80 e 90, devido a vários fatores, designadamente ao processo de desenvolvimento e ordenamento do território de migração e emergência de novos fenómenos criminais, especialmente o crescimento do tráfico e consumos de estupefacientes (heroína).

“ O programa de investigação confirma a evidência da associação entre droga e o crime. É indubitável que os dois fenómenos estão intimamente ligados.” (Agra, 2008,<sup>17</sup> p.11)

Na segunda metade dos anos 90 e após as primeiras reflexões sobre o uso da VE, em 1996, o ministro da Justiça Vera Jardim propõem uma série de mecanismos para evitar o crescimento da população prisional, cujo excesso de presos preventivos chegou a ultrapassar os 50% do total dos reclusos. Um dos quais foi a introdução da VE, na alteração ao art.º 201 do CPP, passando, a partir de 1998, a ter um ponto, nº2, na sequência da Lei 59/98, de 25 de agosto, que permitiria a fiscalização por meios de controlo à distância da medida de coação de obrigação de permanência na habitação, numa tentativa de decrescer o número de presos preventivos, apresentando-se como um meio alternativo à prisão preventiva.

“A inovação das práticas penológicas que estes mecanismos tecnológicos comportam tem uma dimensão simbólica e encerra um potencial reformador de hábitos punitivos que não podem ser descurados numa estratégia político-criminal de criação de alternativas ao encarceramento. ...”  
(In Resolução do Conselho de Ministros nº1/2001, de 6 de Janeiro).

Esta representa um reforço do controlo dos arguidos, sendo aparentemente mais uma medida de coação, no entanto reforça o controlo das obrigações do arguido sujeito à medida de obrigação de permanência na habitação com Vigilância Eletrónica (OPHVE), substituindo a prisão preventiva e permitindo a sua integração, a trabalhar ou estudar. (Germano Silva<sup>18</sup>, 2004).

A Lei 122/99, de 20 de Agosto, regulamentou a VE definindo os procedimentos a adotar pelos Tribunais, enquanto a Resolução do Conselho de Ministros cria uma Estrutura de Missão para implementar e executar o programa experimental, cabendo ao Instituto de Reinserção Social (IRS)<sup>19</sup> a execução da OPHVE.

A utilização efetiva deste mecanismo no terreno inicia-se, em Portugal, com o período experimental<sup>20</sup> em Portugal, em janeiro de 2002, perdurando até dezembro de 2004.

---

<sup>17</sup> Presidente da Sociedade Portuguesa de Criminologia e Fundador da Escola de Criminologia da Universidade do Porto.

<sup>18</sup> Presidente da Comissão de Acompanhamento do Sistema de Monitorização Eletrónica de Arguidos.

<sup>19</sup> Portaria nº 26/2001 de 15 de janeiro.

<sup>20</sup> Resolução do Conselho de Ministros nº1/2001, de 6 de janeiro.

Primeiramente, nalgumas comarcas de Lisboa e, posteriormente, em fevereiro de 2003, na Área Metropolitana de Lisboa<sup>21</sup>, estendendo-se, mais tarde, ao Porto e à região envolvente<sup>22</sup>.

A monitorização era realizada através de tecnologia de posição telemática posicional, por RF<sup>23</sup>. O arguido é portador de um Dispositivo de Identificação Pessoal (DIP), conhecido pela PE, que transmite sinais em rádio frequência. Este sinal é captado pela Unidade de Monitorização Local (UML) que se encontra instalada na habitação do vigiado. As informações ou qualquer violação será transmitida através de uma rede de telecomunicações (rede telefónica simples ou móvel) para os meios informáticos das Equipas de VE, originando a intervenção dos Técnicos das Equipas. De realçar que, para além das Equipas, há também um Centro Nacional de Acompanhamento de Operações que consiste numa estrutura de segurança, de supervisão nacional das operações, a funcionar permanentemente.

Desta forma, o Governo entende, à semelhança de outros países europeus, a utilização na execução de penas curtas de prisão e na antecipação da Liberdade Condicional (LC), proferidas na Resolução do Conselho de Ministros nº 144/2004, de 28 de outubro, que aprovou o Programa de Ação para o Desenvolvimento da VE no Sistema Penal. Foi alargada a todo o território nacional<sup>24</sup>, a partir de 1 de março de 2005. Foram constituídas 10 Unidades Territoriais e uma unidade de segurança e redundância de retaguarda que permitem uma visão global do sistema de ação, garantindo a profilaxia, a deteção e a correção de problemas de funcionamento (Caiado, 2009).

O controlo à distância cabe<sup>25</sup> aos SRS e não aos Serviços Prisionais (SP) ou órgãos de polícia criminal, como noutros países europeus, designadamente na Bélgica e Espanha, contudo em 2005, a Bélgica passou a integrar esta responsabilidade nos serviços de probation (Caiado, 2009).

Segundo o relatório de avaliação, unanimemente aprovado pela Comissão de Acompanhamento e presidida pelo Professor Doutor Germano Marques da Silva, os resultados obtidos comprovam constituir uma solução com excelentes níveis de operacionalidade e de eficácia, com menores custos que o sistema prisional, corroborando outros estudos (Baiona, 2010) demonstram que a VE é uma boa alternativa, para alguns reclusos, à pena de prisão, tendo em conta a relação custo-eficácia. A Comissão de Estudo e

---

<sup>21</sup> Portaria nº104/2003 de 27 de janeiro.

<sup>22</sup> Resolução do Conselho de Ministros nº 87/2003 de 5 de julho.

<sup>23</sup> Portaria nº26/2001, de 15 de janeiro.

<sup>24</sup> Portaria nº109/2005 de 27 de janeiro.

<sup>25</sup> Nº1, do art.º 9, da Lei nº33/2010, de 2 de setembro.

Debate da Reforma do Sistema Prisional (CEDERSP<sup>26</sup>) realizou, em 2005, um estudo com base nos dados cedidos pelos serviços prisionais de países europeus, dando conta que, por 100 mil habitantes, Portugal tinha 132 reclusos, enquanto na União Europeia, só a Inglaterra e o País de Gales registavam 134, ou seja Portugal tinha um número muito elevado de reclusos em Estabelecimentos Prisionais.

A reforma penal de setembro de 2007<sup>27</sup> veio introduzir algumas alterações ao sistema de VE, tanto ao nível penal, como processual penal, passando a não estar apenas limitado à fase pré-sentencial, possibilitando o cumprimento de pena de prisão em regime de permanência na habitação<sup>28</sup>, na Adaptação à Liberdade Condicional (ALC)<sup>29</sup>, assim como à pena acessória de proibição de contactos com a vítima nos crimes de VD (art. 152º do CP), ou seja também usada na fase pós-sentencial.

Com a revisão do código penal e posterior publicação da Lei nº112/2009, de 16 de setembro, que estabelecem a proibição de contacto do agressor com a vítima, podendo obrigar ao afastamento do agressor da residência ou do local de trabalho da vítima, sendo fiscalizados através do sistema de VE.

A Lei nº 33/2010, de 2 de setembro, regula a utilização de meios técnicos de controlo à distância e revoga a Lei n.º 122/99, de 20 de agosto, que regula a VE prevista no artigo 201.º do CPP.

Sob a fiscalização dos SRS, anteriormente do IRS, criado pelo Decreto-lei nº319º/82 de 11 de agosto, que, desde 2007<sup>30</sup>, passou a designar-se por Direção Geral de Reinserção Social (DGRS), integrando a Estrutura de Missão da VE como unidade orgânica nuclear e enquanto unidade operativa, designada por Direção de Serviços de Vigilância Eletrónica (DSVE), tendo descentralizado as Equipas, no continente e Funchal. Este é um meio de controlo que pressupõe uma supervisão intensiva por parte da DGRS.

### **3.3 A intervenção das Equipas de Vigilância Eletrónica**

As Equipas trabalham permanentemente 24 horas por dia, 365 dias por ano, e são constituídas pelos TSRS<sup>31</sup>, com formação superior em várias áreas (Serviço Social, Direito, Psicologia, Sociologia, etc.), e por Técnico Profissional de Reinserção Social (TPRS)<sup>32</sup>.

---

<sup>26</sup> Surge criada pela Portaria nº 183/2003, de 21 de fevereiro, no sentido de reformular o sistema prisional português.

<sup>27</sup> Lei nº59/2007 de 4 de setembro

<sup>28</sup> Art.º 44º do CP e art. 487 do CPP.

<sup>29</sup> Art.º 61º e 62º do CP e art.º, 484º e 488º, nº 5 do CPP.

<sup>30</sup> Decreto-Lei nº 126/2007, de 27 de abril.

<sup>31</sup> Consultar o Anexo II, do Decreto-Lei nº 204-A/2001.

<sup>32</sup> Consultar o Anexo III, do Decreto-Lei nº 204-A/2001.

O trabalho dos TPRS é desenvolvido por turnos de 8 horas, constituindo uma primeira linha de trabalho contínuo que consiste essencialmente: na instalação dos equipamentos de campo; na leitura do sistema informático; na identificação de alarmes; no atendimento telefónico; e na recolha das informações que serão, posteriormente, transmitidas ao TSRS (Caiado, 2009). Estes, à semelhança do que acontece nas outras ERS, surgem assim como resposta numa dupla finalidade, por um lado, caracterizam-se pelo apoio técnico às decisões judiciais e acompanhamento da sua execução e, por outro, numa função de apoio psicossocial focalizada nos delinquentes, no sentido de criar condições facilitadoras de Reinserção Social (RS) e de prevenir a criminalidade. São sobretudo gestores de casos, definindo e planeando a intervenção, bem como assessorando os Tribunais, com elementos que lhe permitam fundamentar a tomada de decisão, através de Informações/Relatórios Sociais e/ou planos de acompanhamento/relatórios de execução da medida. Exercem uma atividade pedagógica que combina o binómio ajuda-controlo, respondendo às necessidades do arguido, onde prevalecem a orientação, motivação e desobstrução de obstáculos (Caiado, 2009).

“O controlo e a ajuda constituem os elementos que definem essencialmente as funções exercidas pelo TSRS, enquanto operador do sistema penal” (Jardim, 1996, p.98)

O controlo exercido por um técnico de probation<sup>33</sup> deve-se fundamentar numa decisão legal, judiciária e, conseqüentemente, não deve consistir numa supervisão geral sobre o comportamento do delinquente, mas num controlo numa obrigação particular, ordenada por uma autoridade habilitada.

“O TSRS, subordinado ao controlo judicial, não só apoia o arguido/delinquente como deve também controlar a sua conduta durante a execução da pena/medida” (Jardim, 1996, p.7)

A intervenção da VE tendo por base os princípios de atuação dos SRS, de ajuda e controlo, deve capacitar o agressor a compreender, a assumir a responsabilidade e a promover a mudança de atitudes, crenças e mitos, como a superioridade do homem sobre a mulher. Deve mobilizar também a intervenção de recursos comunitários, cooperando permanentemente com instituições públicas e privadas, que prossigam os objetivos complementares de RS, que se enquadram nas soluções que satisfaçam as necessidades dos arguidos, particularmente as que interferem no seu comportamento, designadamente: Órgãos de Polícia Criminal (OPC); Serviços de Saúde (Consulta de Violência Familiar; Unidade de Alcoologia); ERS; Associações e IPSS, SS, Autarquias, e outras. A intervenção resulta desta convergência de interesses visando a resposta aos tribunais e às necessidades dos arguidos.

---

<sup>33</sup> Técnico de Probation surge, em 1807, em Boston, nos EUA, John Augustus, que era sapateiro, quando se propõe ser fiador de um arguido, pagando uma caução ao Tribunal. (Agra, 2009)

### 3.4 A medida de afastamento fiscalizada pela Vigilância Eletrónica

A revisão da CP de 2007<sup>34</sup> faz menção à possibilidade da fiscalização, através de meios técnicos de controlo à distância, de VE, que obriguem à proibição do agressor de contactos com a vítima, ou o afastamento do agressor da residência, do local de trabalho da vítima, ou a outros locais.

Este sistema assegura à vítima uma resposta rápida e eficaz perante situações de perigo/risco, bem como um apoio emocional permanente.

A Lei nº 112/2009 de 16 de setembro estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da VD, à proteção e à assistência das suas vítimas, estando plasmado no art.º nº35º que “sempre que tal se mostre imprescindível para a proteção da vítima, determinar que o cumprimento daquelas medidas seja fiscalizado por meios técnicos de controlo à distância”.

“De acordo com o art.º 2 da mesma lei, “a vítima é a pessoa singular que sofreu um dano nomeadamente um atentado à sua integridade física ou mental, um dano moral, ou a perda material, diretamente causada por ação ou omissão, no âmbito do crime de VD previsto no art.º 152.º do CP”.

A luta contra a VD pressupõe uma adequada proteção às vítimas. Neste repto, protegendo de forma célere e eficaz as vítimas, no âmbito do IV PNCVD<sup>35</sup>, a CIG, a DGRS e outros parceiros promoveram o programa experimental<sup>36</sup>, com o objetivo principal de testar o sistema de controlo à distância, com vista a uma fiscalização adequada da proibição de contactos entre o agressor e a vítima.

O período experimental vigorou primeiramente para os Tribunais com jurisdição nas comarcas dos distritos do Porto e Coimbra, vindo a utilização dos meios técnicos a ser aplicada progressivamente noutras comarcas uma vez avaliada a garantia da execução<sup>37</sup>.

O sistema de VE para fiscalização de contactos a utilizar é de rádio frequência, mas com o sistema de reverse tagging, de geo-localização. Ou seja, o agressor é portador de uma PE e uma máquina de localização por satélite. A vítima possui um equipamento de localização por satélite, UML, que a deverá acompanhar 24 horas por dia, unidade de monitorização que deteta a presença da pulseira do agressor e emite um sinal sonoro, informação que também é recebida na base, que, por sua vez, emitem informação à Equipa. Desta forma, se a UML emitir alarme, de acordo com o plano previamente traçado, a vítima poderá encetar uma estratégia defensiva, até à chegada das forças de segurança que serão prontamente avisadas da

---

<sup>34</sup> Nº5 do art. 152º, da Lei nº59/2007 de 4 de setembro.

<sup>35</sup> Área estratégica de intervenção 3: a medida nº 35.

<sup>36</sup> Nº1 do art.º 81º, da Lei 119/2009, de 16 de setembro

<sup>37</sup> Nº3, do artº4 e art.º 5 da Portaria nº220-A/2010, de 16 de abril.



ocorrência pelos serviços, caso necessário. A UML permite também em caso de necessidade que a vítima comunique com a Equipa e vice-versa.

Em caso de incumprimento do arguido, se se aproximar ou entrar no perímetro delimitado de um raio<sup>38</sup> (mínimo de 30mts e máximo de 500mts) de proteção (seja zona fixa ou dinâmica) ou caso seja violado pelo arguido, é de imediato detetado pelos SVE. Sempre que surja qualquer ocorrência passível de ser considerada como incumprimento, a Equipa reage de imediato para alertar o incumprimento ou a anomalia do agressor, auxiliando a vítima, podendo recorrer caso necessário ao OPC competente, tentando retomar a normalidade na execução da decisão judicial. Caso o agressor não cumpra as obrigações impostas, os serviços elaboram relatório de anomalias para o Tribunal, que pode revogar a medida.

O sistema tem como objetivo proporcionar à vítima maior proteção e segurança, evitando outra das medidas mais penosas para a vítima, que, normalmente, a vitimiza duplamente, como sendo o abandono do seu lar, para uma instituição ou casa de abrigo.

### **3.5 Diligências precedentes à aplicação da medida judicial**

A utilização dos meios técnicos de controlo á distância é decidido pelo juiz. A sua decisão é sempre antecedida de audição do MP e do arguido ou condenado. Antes de tomar a decisão, o juiz solicita informação<sup>39</sup> prévia (sobre a situação pessoal; familiar; laboral e social do arguido) às ERS da área de residência ou do Estabelecimento Prisional em que se encontre. No caso da medida de proibição de contactos, é solicitada também informação relativamente à vítima, conforme as exigências do sistema, no sentido de avaliar as condições existentes para a aplicação do sistema.

A VE depende do consentimento<sup>40</sup> do arguido, que pode ser prestado pessoalmente perante o juiz, na presença do defensor, e reduzido a auto. É também necessário o consentimento da vítima<sup>41</sup>, elaborado pelos TSRS da Equipa da sua área geográfica, que elaboram também as informações prévias que serão posteriormente remetidas ao Tribunal, com a maior brevidade. Após a decisão favorável do Tribunal, a execução da medida inicia-se quando instalados todos os meios técnicos de VE, junto da vítima e do arguido ou condenado (nº3, do art.º 16º, da Lei nº 33/2010, de 2 de setembro). Seguidamente, ao início da execução, os SVE dão conhecimento aos serviços de apoio à vítima, explicando a sua execução.

---

<sup>38</sup> Raio que poderá ser ajustável pelos serviços de vigilância electrónica em função das características geográficas dos locais e rotinas das partes envolvidas.

<sup>39</sup> Nº2, do art.º 7, da Lei nº33/2010, de 2 de setembro.

<sup>40</sup> Nº2, do art.º4, da Lei nº33/2010, de 2 de setembro.

<sup>41</sup> Nº1, do art. 36, da Lei nº112/2009, de 16 de setembro.

Nos termos do art.º14 da Lei nº33/2010, de 2 de setembro, a decisão pode ser revogada quando o arguido: a) revogar o consentimento; b) danificar o equipamento de monitorização com o intuito de impedir ou dificultar a vigilância, ou, por qualquer forma, iludir os serviços de vigilância ou se eximir a esta; c) violar gravemente os deveres a que está sujeito.

Os SVE remetem ao Tribunal relatórios trimestrais sobre a execução das medidas e penas, salvo se na decisão constar outra periodicidade ou sempre que ocorram circunstâncias passíveis de comprometer a execução, através de relatório de incidentes.

## **4º – Os contributos da Vigilância Eletrónica para a proteção das vítimas de Violência Doméstica**

### **4.1 Planeamento e estratégias metodológicas da investigação**

Em Portugal, tem-se verificado, particularmente, com a nova legislação, alguma vontade de mudança, pretendendo conceder a dignidade e o respeito a que todo o ser humano tem direito. A revisão do CP (2007), que possibilita a fiscalização através dos meios de VE, também contemplada no III PNCVD, 2007 a 2010, promove a implementação do programa experimental na aplicação dos meios eletrónicos de vigilância à distância impostos ao agressor sujeito a medida judicial de afastamento.

Na convergência da supervisão da vítima e agressor através da monitorização da VE, surge esta investigação, no âmbito do Mestrado em Serviço Social, visando maior conhecimento da medida em fase experimental (2009-2011)<sup>42</sup>.

Segundo os dados estatísticos dos serviços de VE, a medida tem sido aplicada em crescendo, tendo em 2009 sido aplicada a 3 casos, em 2011, 66 casos, e até maio de 2012 foram aplicadas 162 medidas a nível nacional, durante o período experimental. Em julho do corrente ano estavam em acompanhamento 97 casos<sup>43</sup>.

Assim, a presente investigação teve como objetivo principal, entender quais os contributos dos SVE para a proteção das mulheres vítimas de VD.

No geral, a investigação visa também aumentar a possibilidade da crítica sobre o saber da experiência profissional, assim como os conhecimentos científicos e empíricos na exploração teórica da problemática, colaborando na consciencialização e explicando comportamentos, fornecendo exemplos empíricos, bem como entender as alterações ou não ao *modus vivendi* das vítimas, após a decisão da medida pelos Tribunais.

---

<sup>42</sup> N.º2, do art. 81.º, da Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro.

<sup>43</sup> Informações cedidas pelo Coordenador da Equipa de VE de Coimbra, em julho de 2012.

Na impossibilidade de alargar a investigação a todas as Equipas, pelo fator tempo, direccionámos para a zona centro do país, designadamente aos casos em execução na Equipa de VE de Coimbra. As razões desta escolha advêm da acessibilidade, deslocação à Equipa e no contacto com as vítimas para recolha das várias informações, pela representatividade significativa de vítimas em acompanhamento e por esta Equipa ter sido das pioneiras na implementação da medida de fiscalização.

A investigação é de natureza qualitativa e a técnica de recolha de dados utilizada a – entrevista semi-diretiva. Esta poderá constituir um meio de conceder informação de uma pessoa(s) para outra(s), facultando “a análise do sentido que os atores dão às suas práticas e aos acontecimentos com os quais se veem confrontados: os seus sistemas de valores, as suas referências normativas, as suas interpretações de situações conflituosas ou não, as leituras que fazem das próprias experiências” (Quivy e Campenhoudt, 2005).

Na realização do estudo entrevistámos 5 vítimas, entre junho e julho. A seleção foi realizada pelo Coordenador da Equipa de VE, de forma aleatória, mas tendo por preferência as vítimas já entrevistadas pelo investigador (TSRS) no âmbito das suas competências profissionais, na recolha prévia de informação sobre agressor e vítima<sup>44</sup>. Das 5 vítimas, em 4 o agressor encontra-se a cumprir medida de coação, aguardando julgamento, e num dos casos, o agressor cumpre uma SEP/RP, com a pena acessória (VE), pelo período de 6 meses.

Foi elaborado um guião de entrevista (apêndice 1), para analisar a trajetória da relação entre a vítima e o agressor: (durante a relação; depois da separação; depois de iniciar a fiscalização - VE), com perguntas na sua maioria abertas, proporcionando aos entrevistados responder pelas suas palavras e com maior liberdade. Assim houve preocupação em entendermos: alguns dados pessoais da vítima e do agregado familiar; os motivos, duração tipo e local das agressões; histórias familiares de violência; a envolvência e apoio dos familiares; as suas relações de amizade; situação laboral; problemas de saúde e alterações; dificuldades e apoios na apresentação da queixa; as mudanças no agregado depois da queixa; o tempo que decorreu entre a queixa e aplicação do sistema; alterações proporcionadas pelo sistema; vantagens e desvantagens do sistema; várias mutações ao nível da saúde e labor durante a fiscalização da medida; hipotéticas falhas detetadas pelo sistema.

Houve preocupação de natureza ética, sendo solicitado à DGRS autorização para realizar as entrevistas. Solicitaram o envio de alguns documentos: requerimento, declaração do ISMT com o Parecer da Orientadora Científica relativamente ao projeto de investigação, onde se

---

<sup>44</sup> Conforme o nº4 do art.º 35, da Lei nº112/2009, de 16 de setembro.

expos, de forma resumida, o que se pretendia estudar e com que objetivos, qual o método de investigação a utilizar e forma de recolha dos dados.

Após a autorização da DGRS, foram contactadas as entrevistadas, primeiramente pelo Técnico da Equipa de VE de Coimbra, no sentido de obter a sua participação voluntária. Posteriormente, o investigador apresentou-lhes o objetivo da investigação, contextualizando a sua natureza e interesse, assim como os pressupostos metodológicos, nomeadamente a autorização para a gravação áudio da entrevista. Foram elucidadas que este método será o melhor para se efetuar o registo das respostas, facultando uma melhor perceção dos comportamentos não-verbais, bem como a fidelidade da resposta na altura da redação das mesmas, sendo importante a captação das palavras empregues pelas entrevistadas, as expressões e feições. Foi ainda garantido a confidencialidade da informação e a privacidade, por questões de ordem ética e deontológica. Por último, combinou-se o momento e local da realização da entrevista, sendo 4 realizadas num dos gabinetes da ERS e uma realizada na habitação da vítima.

As entrevistas tiveram uma duração entre 1hora e 30minutos e 2horas e 35minutos. Procedeu-se à reapresentação do entrevistador e ao relembrar de todas as informações, previamente, facultadas, esclarecendo quaisquer dúvidas, bem como o carácter confidencial das respostas, clarificando que não seriam identificadas de nenhuma forma, que estes dados se destinavam, exclusivamente, ao estudo, tendo sempre a possibilidade de desistirem a qualquer momento. Por fim, solicitou-se e registou-se o consentimento informado (Anexo 2).

Apesar de saber, pela experiência profissional, que a VD é um tema de difícil abordagem para as vítimas, de muita sensibilidade para quem avalia e se pronuncia sobre estes casos, quando convidadas a participar responderam afirmativamente. Houve grande disponibilidade, na colaboração, sendo unânime o intento de participação num estudo que poderá tornar mais visível esta problemática.

No tratamento dos dados, apresentam-se os resultados mais relevantes e conclusões. No sentido de atestar o sigilo, as vítimas serão identificadas por ordem alfabética; vítima A, B, C, D e E. Os extratos das entrevistas realizadas às vítimas são identificadas no texto apenas pela respetiva letra.

#### **4.2 Análise do processo de vitimização**

A apresentação dos seguintes resultados tem por base a recolha de informação, em função dos blocos temáticos enunciados no guião da entrevista (apêndice 1).

#### 4.2.1 Caracterização da relação entre a(s) vítima(s) e o agressor

As 5 vítimas têm idades compreendidas entre os 30 e 40 anos de idade.

As vítimas A, B e D viviam com o agressor em União de Facto, e as vítimas C e E eram casadas.

Ao nível das habilitações académicas, a vítima E é Licenciada; a vítima A, C e D têm o 12º ano; e a vítima B tem o 9º ano de escolaridade.

As vítimas A e C residiam numa zona habitacional urbana, enquanto as vítimas B, D e E em zona rural.

O agregado familiar das vítimas A e D é constituído apenas pelo casal. As vítimas B, C e E, além do casal, têm os filhos.

A duração da relação entre as vítimas e agressores variam entre os 6 meses, na vítima A, e os 14 anos na vítima E. As relações das vítimas casadas são as mais duradouras.

Quadro 1 *Caracterização da vítima e do seu agregado familiar*

|                                   | Vítima A          | Vítima B                         | Vítima C                                 | Vítima D          | Vítima E                                  |
|-----------------------------------|-------------------|----------------------------------|--|-------------------|---|
| Idade                             | 31 anos           | 30 anos                          | 34 anos                                  | 40 anos           | 35 anos                                   |
| Estado Civil                      | União de Facto    | União de Facto                   | Casada                                   | União de Facto    | Casada                                    |
| Habilitações Académicas           | 12º ano           | 9º ano                           | 12º ano                                  | 12º ano           | Licenciada (TSJ)                          |
| Zona Residencial                  | Urbana            | Rural                            | Urbana                                   | Rural             | Rural                                     |
| Agregado familiar antes da queixa | Vítima e Agressor | Vítima; agressor e filho (4anos) | Vítima; Agressor e 2 filhos (6 e 9 anos) | Vítima e agressor | Vítima; agressor e 2 filhos (6 e 10 anos) |
| Duração da relação                | 6 meses           | 5 anos                           | 12 anos                                  | 1 ano e 2 meses   | 14 anos                                   |

#### *Caracterização dos comportamentos agressivos*

##### *Origens, local e duração das agressões*

No que concerne aos comportamentos adotados pelos agressores durante a relação, no geral, todas as vítimas referem que os conflitos começaram desde o início (ver a duração da relação no quadro 1), despoletados por desconfiança, ciúmes, demonstração de poder e obediência, por discordância das suas opiniões, ou por terem uma vida social. O local onde as agressões são perpetradas, mais nomeado pelas vítimas, foi a casa, onde são mais vulneráveis e onde se passavam as agressões mais violentas, e depois a rua.

## Excerto das entrevistas 2

*“Logo na 1ª manhã (...) à frente das pessoas beijava-me e tratava-me bem (...). Sempre desconfiado, queria saber sempre do que falava (...) Por tu e por nada (...) Uma vez fui agredida fora de casa. Chegou a uma altura que as agressões passaram a ser diárias.” (A)*

*“Era muito desconfiado e ciumento, desde cedo (...). Não me deixava ligar para ninguém (...) Via a minha roupa interior (...). Batia-me na cozinha, no local de trabalho, na rua. Mas tudo ficou pior quando comecei a trabalhar.” (B)*

*“Se não fizesse tudo em casa (...) ficava furioso. Eu achava que não voltava a acontecer. Bastava chegar atrasado. Em casa (...), mas chegou a acontecer também na rua. Não bebia álcool.” (C)*

*“Na primeira vez, fui passar o natal a casa da minha mãe, a 200Kms, cheguei 1 dia depois do combinado, ele agrediu-me. Bastava sair ou ter com as amigas. Agredia-me semanalmente. Por vezes não bebia álcool. As agressões passaram-se mais em casa, as mais graves, mas também na rua.” (D)*

*“(...)foi muito conturbada desde o namoro. Depois de ter ido para a Universidade ficou com ciúmes e desconfianças; controlava-me através do computador; só podia usar perfume quando estava com ele e vestia o que ele queria. Via tudo no telemóvel. As agressões físicas foram sempre em casa. Só começou a beber álcool quase no final da relação.” (E)*

*Formas de agressão, as reações do agressor e história familiar de agressões*

Os testemunhos das vítimas mostram que a violência física, psicológica e verbal está presente em todas, sendo a sexual apenas identificada na vítima C. Salienta-se que os agressores das vítimas B, C e E escolhem a zona do corpo (rabo) para agredir.

O agressor da vítima E não pedia desculpa e o da vítima D não o fazia verbalmente, oferecia prendas. O agressor da vítima A pedia desculpa e preocupava-se com as marcas que tinha deixado. Por último, o das restantes apenas pediram uma vez desculpa pelos comportamentos e após a vítima sair de casa. Quanto às histórias familiares, apenas uma das vítimas relata ter assistido a agressões entre os pais.

## Excerto das entrevistas 3

*“Primeiro foi verbalmente. A 1ª chapada fiquei estática (...) depois pediu-me desculpas, mas a culpa era sempre minha. Obrigava-me a andar com os óculos de sol, para não se verem as marcas. Passava-me sempre hirudoid no corpo, hoje não posso sentir o cheiro. Não me deixava sair de casa (...) Os meus pais sempre tiveram uma boa relação, nunca assisti a agressões.” (A)*

*“Chamava nomes, ameaçava-me, via o telemóvel, até que passou a dar bofetadas, empurrões, puxar-me os cabelos, a perseguir-me, a humilhar-me à frente do filho, clientes e patroa. Tentava-me deitar para baixo, para que ninguém me apoiasse. A minha mãe também era agredida pelo meu pai (...) Quando sai de casa, pediu-me desculpas, não voltava a acontecer. Ainda no mesmo dia, entrou na casa que eu tinha arrendado, pelo telhado, ameaçando-me com um pau.” (B)*

*“Houve sempre violência psicológica, inferiorizava-me (...) era cada vez mais violento e com maior frequência. Batia-me no rabo (...) Uma vez trancou-me em casa (...) outra vez enfiou-me a cabeça dentro da panela. Apenas me pediu desculpas uma vez. Depois de ter saído de casa, ele obrigou-me a ter relações sexuais 16 vezes. Nunca vi o meu pai tratar mal a minha mãe nem o contrário.” (C)*

*“Violência verbal, física e psicológica, primeiro ameaçava, depois batia-me, arrombava as portas, queria meter-me no contentor do lixo, depois trazia-me flores/anel, mas não pedia desculpas, negava os comportamentos. Não me recorde de ouvir sequer uma discussão entre o meu pai e a minha mãe.” (D)*

*“Discussão (...) Um dia abriu o extintor e deitou no quarto onde estava a vítima e os filhos trancados. Agredia verbalmente e depois batia (no rabo). Dizia-me que não valia nada; tenho que ir procurar fora (...). Não pedia desculpa, mas tentava-me beijar. Os meus pais sempre se deram bem.” (E)*

## **Relações de proximidade**

### *A presença dos filhos nas agressões*

Duas das vítimas não tinham filhos à data dos factos, apenas as restantes tinham e assistiam às agressões. O filho da vítima C era também agredido fisicamente.

Excerto das entrevistas 4

*“O meu filho assistia às agressões (...) É muito agressivo, quando quer uma coisa e eu não lhe dou, ele bate-me, chama-me nomes. Bate às meninas na escola e desobedece às educadoras. (B)*

*“Estavam presentes, choravam, ficavam muito assustados, diziam para o pai parar. Por vezes também era muito agressivo para os filhos.” (C)*

*“Meteu a minha cabeça de baixo do braço dele e começou a bater-me em frente aos filhos (...) os meninos gritavam imenso (...) os meus filhos chamaram a Polícia. (...) isso é que eu não lhe perdoo, tinha tantas oportunidades e só fazia as coisas em frente aos filhos. (E)*

### *Relações familiares e de amizade*

É visível um afastamento das vítimas dos núcleos mais próximos, a família e o grupo de amigos afetados, criando um efeito negativo nas relações. No entanto, todas revelam terem tido o apoio dos familiares.

Excerto das entrevistas 5

*“Não podia conviver com os meus pais, estava sempre fechada em casa com ele (...) Não lhes dizia o que se passava, para não os incomodar. Não tinha amigos; não me deixava sair de casa sozinha. Mas tive a sorte de os meus pais me ajudarem”. (A)*

*“O meu pai sabia das agressões e dizia que me ajudava, para o deixar. Também tive a ajuda da minha patroa (...) Eu deixei de estar com muita gente (...) Não me deixava sair. Algumas pessoas diziam que tinha que aguentar, porque tinha um filho e ele ia sofrer com a separação. (B)*

*“Os meus pais souberam mais tarde. Enquanto estive com ele, não convivíamos. Mas quando precisei eles vieram para me ajudar. Ele proibia-me de me relacionar com eles. Não convivia com ninguém, obrigava-me a estar em casa com os filhos.” (C)*

*“Eu não quis dizer ao meu pai para não o magoar, ainda hoje não sabe (...) As minhas irmãs sabiam, mas estavam longe. Os meus amigos eram os dele, eles tinham medo dele. Um dia pedi-lhes ajuda, estava em casa aflita, não tive apoio de ninguém. (D)*

*“Tive um ciclo de amigos, mas deixei de conviver (...) cortei com as pessoas. Primeiro não disse à família, para não os aborrecer. Ia a casa da minha mãe o menos tempo possível (...) (E)*

## **Atividade laboral e situação económica**

### *Situação laboral e económica*

Todas as vítimas foram prejudicadas no seu local de trabalho devido ao comportamento dos agressores, e em três delas originou o seu despedimento. Os agressores A, B, C colocaram resistências ao acesso de emprego, preferindo que estivessem em casa. À exceção da vítima D, todas estiveram, numa determinada altura, dependentes financeiramente do agressor.

Excerto das entrevistas 6

*“Nunca trabalhei durante a relação, não me deixava sair de casa, estava dependente dele” (A)*

*“Primeiro estava em casa com o menino, depois comecei a trabalhar numa pastelaria, como empregada de balcão. Quando comecei a ter o meu dinheiro sentiu-se sem poder. Estive quase a perder o trabalho pelos escândalos que fazia. Não faltava ao trabalho, estava mais segura.” (B)*

*“No início ele não queria que eu trabalhasse. No primeiro emprego, ele foi à entrevista falar com o patrão. Depois despedi-me porque começou a pensar que andava metida com o patrão. (...) Não estava dependente dele. Eu gostava de ir trabalhar (...). Nunca deixei de trabalhar”(C)*

*“Sempre trabalhei, nunca faltei ao trabalho porque não tivesse dormido uma noite. Nunca dependi dele. Eu negava muitos trabalhos porque não queria contrariar. No último não pude renovar porque ele quis agredir um colega meu porque pensava que andava metido com ele.” (D)*

*“Tive vários trabalhos, mas numa altura houve dependência económica do agressor. Por vezes dizia: tu não ganhas nada, não vales nada. No 2º trabalho, empregada de escritório, eu tive de me despedir porque ele arranhou-me problemas, referindo que o patrão era meu amante.” (E)*

### **Problemas de saúde**

#### *Saúde*

Verifica-se que as vítimas assinalam problemas a nível físico, fruto das agressões, mas focam a maior consequência nas questões psicológicas. Três revelam maior preocupação com os filhos, principalmente a B e C que mencionam comportamentos já de agressividade dos filhos, e a E refere que o filho sofre de stress pós-traumático.

Excerto das entrevistas 7

*“Antes da relação era uma mulher normal (...) Cheguei a pedir-lhe para ir ao Hospital, tinha o olho completamente negro e inchado, mas não deixava (...) Ninguém sabia o inferno em que vivia. Ele pensava que eu dormia à noite, mas não conseguia, tinha receio. (A)*

*“Por vezes ficava mal fisicamente, mas o pior é o psicológico. Andava sempre muito nervosa, sem saber o que ia acontecer. Preocupava-me muito o meu filho, já começava a ter comportamentos agressivos e queixas da escola, é hiperativo Chegou-me a bater em frente à Psicóloga.” (B)*

*“ (...) Dizia se não fosse eu a olhar para ti, ninguém olhava, és ignorante, feia. Andei 1 ano a dormir 2/3 horas por noite; fosse inverno ou verão dormia sempre com a janela aberta, para ouvir o barulho da carrinha. Fui muitas vezes agredida fisicamente, mas deixou-me muito afetada psicologicamente. O meu filho é muito agressivo, tenho muitas queixas na escola. (C)*

*“Psicologicamente foi muito mau, procurei ajuda médica. Fiquei muito desconfiada. Houve alturas em que pensava, será que isto aconteceu, estou a ficar doida, porque ele negava. (D)*

*“Além de saber que sofria de fibromialgia, era muito violento, pôs-me de rastos (...) A nível psicológico (...) O meu filho sofre de stress pós traumático (medo/não dormia de luz apagada/urinava na cama, etc.” (E)*

### **4.2.2 A situação da(s) vítima(s) após as queixas e a separação**

#### ***Diligências na apresentação da queixa***

##### *As queixas e os apoios*

O número de queixas realizadas varia entre 1 e 5, tendo duas vítimas realizado o maior número. Todas beneficiaram do estatuto da vítima e do encaminhamento para Instituições que as recebem elas e aos filhos conferindo ajuda a nível psicológico. No global, manifestam-se arrependidas por não terem efetuado a(s) queixa(s) mais cedo, e se não a(s) tivessem feito, possivelmente já não estariam vivas.



Duas vítimas referem a perda de direitos (subsídio/abonos) que usufruíam, anteriormente, antes de se separaram. A vítima C manifestou dificuldade na apresentação da queixa, estando 2 vezes junto ao Tribunal e tendo recuado (medos; incertezas; desconfianças). Outra exclui a possibilidade de ir para uma Casa de Abrigo, que implicava abandonar o lar. Na vítima E, esta e os seus filhos abandonam a casa ficando o agressor na habitação.

Excerto das entrevistas 8

*“Fiz 2 queixas. A 1ª foi passado 5 meses (...). Mas voltei para ele, passados 15 dias, continuaram as agressões, fiz a 2ª, quando fui ao Hospital. Se não fizesse as queixas, estaria morta. As ajudas foram poucas, foi atribuído o estatuto da vítima e pouco mais. Na altura era beneficiária do RSI, mas como fui para o agregado dos meus pais, perdi-o, isto revolta-me.” (A)*

*“Fiz 5 queixas na GNR. Diziam se acontecer alguma coisa ligue-nos, mas se ele aparecesse junto de mim não conseguia ligar. (...) pareciam que não levavam a sério. Não me senti segura. Apoios só de uma amiga. Tive o estatuto da vítima, encaminharam-me para o Apoio à Vítima e o meu filho para a CPCJ. Hoje teria feito muito mais queixas, para ver se os serviços se apressavam.” (B)*

*“Tive sempre muito medo de apresentar queixa, fui 2 vezes à porta do Tribunal e voltava para trás. O meu patronato apresentou a 1ª queixa, tive muitas colegas que me ajudaram; e depois eu apresentei a 2ª queixa. Fiquei com o estatuto da vítima, contactei a APAV. Fui para a Psicóloga.” (C)*

*“Fiz 5 queixas. A 1ª fui no INEM para o Hospital. Deveria ter feito mais queixas. Fui encaminhada para os serviços de apoio à vítima e tive o estatuto da vítima. Propuseram-me uma Casa de Abrigo, acho isso ridículo, é uma lacuna muito grande na Lei, o agressor fica em casa a gozar as minhas coisas e eu tenho de sair, e não sai. Se não tivesse feito as queixas já não estava cá.” (D)*

*A GNR veio 3 vezes lá a casa antes, mas fiz apenas 1 queixa. Deveria ter feito a queixa mais cedo. Tive o estatuto da vítima. A CPCJ apoiou-me muito e aos meus filhos. Quando fui para casa dos meus pais, passaram o abono do 2º para o 3º escalão. Tive de fazer uma exposição à Assembleia da República, depois passaram para o 1º. Fui obrigada a sair de casa, deixando as minhas coisas, os meus filhos. Se não tivesse feito a queixa não estaria hoje a falar consigo.” (E).*

### *Mudanças nas rotinas*

As rotinas das vítimas passaram a ter novos contornos e precauções. No entanto, depois da separação, à excepção da vítima D, cujo agressor foi preso, os agressores continuaram a tentar aproximar-se.

Excerto das entrevistas 9

*“Quando saía de casa tremia; ele não parou de me contactar; passava o tempo junto da minha casa a controlar-me; fazia chantagem, continuava a fazer a minha vida num inferno, e para não estar ali perto de casa com ele, comecei a marcar encontro longe de casa, mas num lugar público.” (A)*

*“Continuou a perseguir-me e dizia, faz as queixas que quiseres, que eu não tenho medo disso. Permanecia junto da minha casa durante horas, principalmente durante a noite; continuava a ir para o local de trabalho a injuriar-me, mandava-me mensagens de ameaça de morte, etc.” (B)*

*“Não saía de casa; quando saía à rua olhava para todo o lado. Tinha medo de regressar a casa. Continuou a ir lá a casa, ameaçava-me, agredia-me, sabia tudo da minha vida. Um dia colocou-me nua na varanda numa noite de inverno e os meninos estavam na sala a ver televisão.” (C)*

*“Ele foi preso. Foi a melhor que poderia ter acontecido. Mas quando foi libertado tive medo.” (D)*

*“Deixei de ir para determinados locais; os meus filhos mudaram de escola e de atividades. Tentou contactar-me através do facebook e do telemóvel. A minha filha num dos dias que o agressor me contactou, ela apercebeu-se, foi para o canto da sala e começou a chorar, com medo.” (E)*

## ***Alterações no agregado familiar e amizades***

### *Situação familiar e amizades*

Nas vítimas A e E verifica-se que foram residir para o agregado dos pais. Quanto à B e C arrendaram habitação. A vítima D continuou a morar na mesma casa, achando que não tinha que sair.

Excerto das entrevistas 10

*“Fui viver para casa dos meus pais.” (A)*

*“Arrendei uma casa para mim e para o meu filho” (B)*

*“Arrendei um apartamento, para mim e para os 2 filhos, vivemos os 3. Mas acho que o meu filho vai querer ficar com o pai. (C)*

*“Continuei a residir na mesma casa. Quiseram que eu saísse, mas a Lei não está bem, é completamente estúpido, eu ter a minha casa e ter que a abandonar para o agressor lá ficar.” (D)*

*“Fomos viver para casa dos meus pais. Pensei que era temporário, mas tem durado porque primeiro o agressor não saiu de casa, e depois quando saiu deixou a casa sem nada e tudo revoltado, está irreconhecível ” (E)*

## ***Situação laboral e financeira***

### *Situação laboral e económica*

Três das vítimas mantêm-se a trabalhar e duas em situação de desemprego. Referem que não receberam qualquer indemnização face à vitimação. A vítima E para ter uma maior independência financeira, uma vez que o agressor não colabora nas despesas de educação dos filhos, aceitou um emprego mais distante do meio de residência.

Excerto das entrevistas 11

*“Ainda não consegui arranjar trabalho; não tenho qualquer rendimento, apenas dos meus pais. Não tive qualquer ajuda do estado.” (A)*

*“Mantenho-me a trabalhar no mesmo local. Vivo do meu vencimento e do abono do menino. Por vezes, o meu pai também ajuda.” (B)*

*“Estive 6 meses sem trabalhar porque o agressor fez uma queixa sobre mim. Mantenho-me a trabalhar no mesmo local. Por vezes também tem ajuda dos pais. Nunca recebi nada do estado e ele não dá nada para ajudar na educação dos meninos. (C)*

*“Estou desempregada, quando souberam que estava grávida não me renovaram o contrato. Recebo o subsídio de maternidade, ajudas do pai do meu filho, da família e IPSS.” (D)*

*“Trabalho, mas passo pouco tempo com os meus filhos. Eles estão com os meus pais e irmã. Recebo também os abonos de família. Não recebi qualquer ajuda. O agressor não contribui.” (E)*

## ***Mutação ao estado de saúde***

### *Condição de saúde*

Após a separação, algumas das vítimas referem ter sofrido atos de violência física e inevitavelmente psicológica, chegando duas a serem forçadas a ter relações sexuais. As vítimas D e E não referem qualquer contacto com o agressor, destacando um decréscimo nos pesadelos, maior tranquilidade e autoconfiança.

As alterações mais evidenciadas são ao nível do sono, conseguindo descansar melhor. É também de assinalar que todas são acompanhadas a nível psicológico, bem como os filhos.

Excerto das entrevistas 12

*“Senti alterações no sono, descansava melhor; estava mais protegida em casa, mas ele estava sempre a contactar-me. Ainda fui agredida. Obrigou-me a ter relações sexuais. Continuava nervosa, não sabia como sair da situação. Comecei o acompanhamento com uma Psicóloga.” (A)*

*“Houve alterações, fiquei mais tranquila, mas continuei a ser intimidada, ansiosa, dormia mal, porque ele podia aparecer. Fui agredida depois da separação. O menino ficou mais irrequieto, agressivo, e sempre que vai para o pai vem mais alterado. Somos seguidos pelo Psicólogo.” (B)*

*“Continuei a dormir pouco, ele vinha todos os dias a minha casa. (...) o inferno continuava. Obrigou-me a ter relações sexuais. O meu filho tem problemas de concentração e aprendizagem.” (C)*

*“Depois de ter sido preso fui buscar forças onde não havia. Tudo mudou, a autoconfiança, os medos, descanso melhor, não estou tão isolada. Fui acompanhada com uma Psicóloga.” (D)*

*“A nível físico melhor, a nível psicológico, diminuíram os pesadelos; antes não conseguia dormir. À medida que o tempo passa, sinto mais tranquilidade e confio mais em mim. Os meninos estão mais calmos, mais afetuosos. Encontram-se em acompanhamento com o Psicólogo.” (E)*

#### **4.2.3 Alterações nas vivências da(s) vítima(s) depois da aplicação do sistema de Vigilância Eletrónica**

##### ***Aplicação do dispositivo***

##### ***Aplicação do sistema e alterações no modo de vida***

Depois de ter conhecimento da possibilidade de aplicação do sistema de VE, esta demorou entre 15 dias, na vítima A, até 1 mês e meio, na vítima B. Do ponto de vista das vítimas, são unânimes os benefícios que o sistema lhes proporciona, mais sossego, podem fazer as suas rotinas com maior tranquilidade, ou mesmo ir a determinados locais que deixaram de frequentar. Depois da aplicação não houve mais intimidações por parte dos agressores, à exceção da vítima C que a intimidou quando circulava de automóvel. Algumas das vítimas frisam que durante o tempo que esperaram pela aplicação do sistema, temeram pela sua segurança. Desta forma, acham que após a resposta do Tribunal e do consentimento do agressor, deveria ser logo aplicado o sistema.

Excerto das entrevistas 13

*“Sei que foi chamado ao Juiz em abril e foi-lhe aplicado passados 15 dias. Depois das queixas (setembro/outubro) estive até fevereiro sem que me contactassem do Tribunal. (...) sinto-me mais segura na rua, consigo ir ao supermercado/lojas. Vi-o 1 vez, no 1º dia ” (A)*

*“Demorou cerca de 1 mês, tive alguns receios. Depois da aplicação nunca mais tive problemas, nunca mais me contactou nem ameaçou. Ando mais à vontade, já posso andar mais sossegada. No entanto, parece continuar a controlar-me, porque manda recados pelo filho.” (B)*

*“A última queixa foi em novembro, foi-me aplicado em janeiro. Desde que soube até à aplicação demorou cerca de 1 mês, andei com muito medo que ele se aproximasse. Agora faço as coisas de maneira diferente, já não vou tantas vezes ver à janela se ele está por perto; andava rua mais à*

*vontade e descansada. Já o vi algumas vezes, e uma vez ele quis assustar-me, direcionando o carro contra mim, mas não aconteceu nada, ele seguiu. ” (C)*

*“Desde que soube da aplicação demorou cerca de 3 semanas. Nunca acreditei que a VE o fosse privar de se aproximar, mas até hoje não tive nenhum problema. Comecei a sair ao café, mesmo à noite, antigamente não saía de casa, tinha medo. Nunca mais tive contacto com ele.” (D)*

*“A última queixa tinha sido feito em julho, depois como não havia resposta, fui falar com a magistrada (...). Nós continuávamos em casa dos meus pais a dormir eu e os meus filhos na mesma cama, quando podíamos ir para a nossa casa. Depois tive a decisão da aplicação em março. A aplicação demorou cerca de 3 semanas porque ele se recusou no momento. Nesta altura temi que ele me pudesse fazer alguma coisa. Dá-me mais descanso, mais tranquila e segura, podendo ir onde gosto, sem grandes problemas. Depois com o sistema, cruzámo-nos uma vez de carro. (E)*

### *Vantagens e desvantagens*

Todas as vítimas referem que o sistema é vantajoso, tendo-lhes proporcionado maior tranquilidade, porque sabem quando o agressor se aproxima.

Quanto a desvantagens, três das vítimas não veem qualquer impedimento ou desvantagem.

As restantes embora refiram existirem desvantagens, justificam que deixam de existir pelos benefícios que lhes proporciona o sistema.

Excerto das entrevistas 14

*“A VE foi a melhor coisa que me podia ter acontecido, sempre que se aproxima, têm a preocupação de me ligar para saber se está tudo bem, eles são muito rápidos. Sei que eles estão lá para ver e vão atuar. Por vezes há desvantagens, mas comparado com as vantagens o prejuízo é mínimo.” (A)*

*“A vantagem maior é ele não se poder aproximar. Sei que ele não está para me magoar. Mais segurança. Posso ir a um sítio qualquer que estou protegida. Às vezes esqueço-me do aparelho. Não há nenhum impedimento, faço a minha vida normal.” (B)*

*“Sempre que apita recebo uma chamada da EVE. Estou mais descansada. Desde que tenho a VE, estou mais confortável. Há algumas desvantagens, deixei de poder ir por ex. às festas da escola dos meus filhos porque o agressor estava lá, mas percebo que tenha que me afastar. (C)*

*“Estou mais tranquila em casa, porque na rua temos sempre ajuda. Às vezes até me esqueço do aparelho. Não estou a ver qualquer impedimento. (D)*

*“Este sistema dá-me mais tranquilidade, sei que o dispositivo o deteta. Dá-me maior liberdade e descanso. Não sinto desvantagens, faço a minha vida normal, eu sei que preciso de segurança. (E)*

### *Efeitos do sistema de fiscalização nas relações de proximidade*

#### *Contribuição do sistema nas relações familiares e amizades*

As vítimas corroboram que este sistema as aproximou mais dos familiares, principalmente dos pais, que nas vítimas A e E são o seu principal suporte, e na vítima D tem pouco contacto porque se encontram deslocados. No que concerne às relações de amizade, também hoje lhes é permitido ter amizades ou recuperá-las. A vítima A manifesta ainda alguma desconfiança nas amizades, ainda tem muito presente os comportamentos. Três já têm novas relações amorosas, mas cada um reside em sua casa.

Excerto das entrevistas 15

*“Aproximei-me dos meus pais. Eles confiam mais em mim. Com os amigos ainda não houve alterações porque acabo por ter medo, desconfio das pessoas. Tenho medo que me apareça outro monstro. (A)*

*“Vou mais a casa do meu pai, estou mais próximo dele. Trouxe benefícios com os amigos, hoje posso sair com elas. Tenho 1 namorado que gosta muito do meu filho, mas está na casa dele. (B)*

*“Os meus familiares ficaram descansados. Hoje consegui fazer amigos, as pessoas tinham medo de se aproximar de mim porque ele as ameaçava. Tenho um namorado, mas cada 1 está em sua casa. (C)*

*“A minha mãe faleceu, o meu pai e os meus irmãos estão longe. Hoje tenho alguns amigos, coisa que não podia ter antigamente. (D)*

*“Antes não tinha amigos, tinha que falar com a minha mãe às escondidas, hoje tenho todo o tempo e quando me apetece. Recuperei os meus amigos, eles perceberam e deram-me todo o apoio. (E)*

## **Alteração no percurso laboral e financeiro**

### **Alterações a nível laboral e económico**

As vítimas B, C e D reconhecem os efeitos positivos do sistema de VE na tranquilidade e continuidade do seu trabalho, podendo desta forma ter autonomia financeira para fazer face às necessidades do agregado familiar. A vítima A ainda não está a trabalhar por não se sentir bem psicologicamente, vivendo da ajuda dos seus familiares. A vítima D porque foi mãe há pouco tempo ainda não está a trabalhar.

Excerto das entrevistas 16

*“Ainda não estou recomposta para trabalhar, não tenho forças. Dependo financeiramente dos meus pais.” (A)*

*“Graças a Deus que foi colocado o sistema, porque senão já não tinha trabalho, teria perdido tudo, o trabalho, o meu vencimento, não sei o que seria (...) (B)*

*“Tive alguns problemas por atender o telemóvel quando os SVE me contactavam. As pessoas não entendiam. Deixei de trabalhar durante 6 meses, porque fui suspensa pela denúncia que o agressor fez, de roubo. Já estou a trabalhar. Vivo com o meu rendimento.” (C)*

*“Não trabalho porque tive uma criança há pouco tempo. A minha situação financeira é difícil.” (D)*

*“Senão tivesse este sistema certamente não estaria a trabalhar; esta medida é importante para a minha vida profissional e para ter a possibilidade de pagar as minhas despesas.” (E)*

## **Mudanças ao nível da saúde depois da aplicação**

### **Alteração ao estado de saúde**

São mencionadas alterações ao nível da saúde a todas as vítimas, sentindo maior confiança, tranquilidade e descansam melhor. Duas são acompanhadas por uma Psicóloga, e uma aguarda a marcação na consulta de violência familiar. As vítimas D e E já terminaram o acompanhamento, estando preocupadas com os filhos que continuam a ser acompanhados. O filho da vítima B está entregue ao pai, situação que a continua a preocupar, pois este adota comportamentos de agressividade com a mãe e colegas de escola, situação que também se constata no filho da vítima C. Além de estar entregue à mãe assim como à sua irmã, este ao contrário da irmã quer ir para o pai, situação que a vítima relata como fator instigador de comportamentos agressivos. A irmã não quer estar com o pai, e vem demonstrando maior tranquilidade e menos ansiedade, conforme o relato ao pedopsiquiatra.

Excerto das entrevistas 17

*“Eu lutei para ter este afastamento, existem traumas demais que me levaram a pedir ajuda. Não estou bem psicologicamente e tenho que me tratar, aguardo a consulta de violência familiar.” (A)*

*“Estou mais tranquila. Estas coisas não passam de um momento para o outro. Mas estou mais preocupada com o meu filho que continua a ter comportamentos muito agressivos comigo e com os colegas na escola. O que mais dói é o menino estar com o pai”. (B)*

*“Comecei a dormir mais horas. Tinha menos pesadelos, mas tudo o que são toques de telemóvel, campainha, tudo me faz sobressaltar. Basta abrirem uma porta de repente. Ainda não posso ver carros da mesma cor ou feitio do dele. Eu estou a ser acompanhada com uma Psicóloga. Os meus filhos estão a ser acompanhados no Psicólogo e Pedopsiquiatra. A médica da minha filha disse-me que ela lhe tinha dito que estava mais descansada ao saber quando é que o pai está por perto. (C)*

*“Embora ainda pense nas situações que vivia, principalmente quando há barulhos parecidos com os que me deixam recordações más. Mas sinto-me mais segura, já não vivo tão obcecada por esse problema. Já deixei o acompanhamento psicológico.” (D)*

*“Passei a dormir melhor, tinha pesadelos e têm diminuído com o tempo, embora fiquem as marcas. Mas sinto-me mais segura e com maior confiança. Agora que me consigo afastar daquela pressão, nós estamos doentes psicologicamente. Agora sinto-me livre, na altura não fazia opções. Neste momento só os meninos é que são acompanhados pela Psicóloga. (E)*

## **Possíveis alterações ao sistema de VE**

### *Eficácia e ineficácia do sistema*

Algumas vítimas já se cruzaram ou aproximaram do agressor dentro do perímetro de exclusão e o alarme não deu sinal. O mesmo aconteceu em locais fechados como Centros Comerciais e grandes superfícies. Não sentem qualquer inconveniente em ser monitorizadas, para elas o mais importante é a sua segurança.

Excerto das entrevistas 18

*“ Quando entro em determinados locais perco a rede do aparelho, manda-me ir para a rua. Acho melhor deixar o aparelho no carro. Sinto-me mais segura. Não acho nenhum inconveniente.” (A)*

*“Ficava mais descansada se fosse logo aplicado o sistema quando soube que ia ser aplicado, porque fiquei com medo que me fizesse alguma coisa. Até ao momento não senti nenhum inconveniente. (B)*

*“Já me aconteceu ver o agressor ao longe e só apitar quando estou perto dele (...). Por vezes quando vou a casa de um familiar que fica a 100mts da casa do agressor, o sistema só apita quando estou em casa. Não sinto nenhum constrangimento por ser monitorizada pelo sistema. Já estive no Tribunal com ele e o aparelho dele apitava, depois ele carregava e parava o barulho. Tenho dúvidas se ele sabe quando se aproxima de mim. (C)*

*“Deveria ser aplicado logo que desse o seu consentimento e no Tribunal. Quando me disseram que ia ser aplicado fugi para junto dos meus familiares fiquei em pânico. Não sinto qualquer inconveniente por ser fiscalizada pelo sistema, é para minha segurança. (D)*

*“Há determinados locais que não tem rede, há falhas no equipamento, e nestes momentos fico mais aflita. Já me cruzei de carro com o agressor e só deu o alarme depois de ter passado pelo agressor. Penso que outra das lacunas é só funcionar no nosso país. O sistema não me cria qualquer problema. Penso que deveria ter sido aplicado na última queixa, mas foi aplicado quase 6 meses depois. (E)*

## **4.3 Discussão dos Resultados**

Todas as vítimas corroboram com o facto de que este sistema lhes trouxe enormes alterações, incluindo familiares e amigos, comparativamente com as experiências nefastas de quando coabitavam com o agressor.

Como defende Pais (1998), a VD é transversal a todas as classes sociais, indo ao encontro do verificado nesta investigação, onde três das vítimas tinham o 12º ano, uma era licenciada e outra possuía o 9º ano.

No relato das vítimas está patente as oportunidades de mudança proporcionadas aos agressores, porém os episódios repetiam-se. Destacando Alarcão (2002), esta considera três fases, designadas pelo ciclo da VD, e realça a sua crescente intensidade. É manifesto no trabalho realizado, que os agressores, normalmente, reagiam de igual forma vivendo inicialmente um período de exaltação verbal, humilhação e de ameaças, passando depois para o consumir a agressão física e, posteriormente, poderia passar pela oferta de um bem (anel/flores/beijos), mas raramente um pedido efetivo de desculpas, porque, no ponto de vista do agressor, o episódio tinha sido despoletado pela vítima.

O espaço onde maioritariamente sucedem as agressões é a casa, embora todas as vítimas também tivessem sido agredidas na rua (espaço público). Conforme defende Pais (1998), a casa é o espaço privilegiado da violência contra as mulheres. A família, em vez de se apresentar como espaço privilegiado de afetos, de realização pessoal e de sentimento de pertença, aparece como um universo de dimensão conflitual e de violência.

Constatámos que quem mais sofre com a vitimação são as mulheres e os filhos. Vem ao encontro de Matos (2012), que refere que há dois grupos vulneráveis, as mulheres e os jovens. De acordo com as estatísticas, o adulto masculino é o familiar mais violento (em qualquer uma das formas de violência) e as mulheres e as crianças são as vítimas mais frequentes (Corsi, 1995, citado por Alarcão, 2002).

É significativo e expressivo o alargamento da vitimação aos filhos, estas aprendizagens sociais têm repercussões nos seus comportamentos e atitudes, rendimento escolar e saúde.

A existência dos filhos é uma dimensão importante para compreender os processos que se desenvolvem nestes contextos. Na totalidade dos casos, os filhos assistem às agressões, sendo que em duas das vítimas já demonstram comportamentos agressivos para com as mães, professoras e colegas mulheres. O facto de direccionar os comportamentos agressivos apenas às mulheres, revela as aprendizagens assimiladas no seio familiar. Citando Dilalla (sd), as crianças imitam os comportamentos dos pais.

Das vítimas entrevistadas, apenas uma refere ter assistido a episódios de agressões do pai para com a mãe, enquanto criança, situação que considera decisiva para por termo à relação.

Os motivos mais realçados para o surgimento de conflitos e agressões foram os ciúmes, sentimentos de poder, controlo e desconfiança, indo ao encontro de Matos (2005), que afirma

que a violência é unicamente uma tática para obter controlo absoluto no relacionamento. Contrariando estudos que indicam o álcool como um fator fomentador de violência, nesta investigação, nenhuma vítima o refere como fator desencadeador de atos violentos.

As formas de violência mais relatadas pelas vítimas são a física, psicológica, verbal e sexual, não se verificando uma isolada tal como refere a literatura citada nesta investigação. Releva-se que em três, os agressores direcionam a agressividade para zonas mais ocultas. Um deles, após as agressões colocava-lhe *hirudoid* no corpo e obrigava-a a andar de óculos escuros, na tentativa de encobrir as lesões.

Há ainda um grande desgaste emocional, um sentimento de dor e sofrimento, que é extravasado pelas vítimas, onde se percecionam custos emocionais que, por vezes, são irreparáveis “ O Banco Mundial estima que, nos países industrializados, a agressão sexual e a violência roubem às mulheres entre os quinze e os trinta e quatro anos de idade, quase 1 ano por cada 5 anos de vida saudável” (CIDM, 2003).

Os períodos de vitimação variam entre 6 meses e 14 anos, sendo que os mais duradouros são das vítimas casadas. Como refere Hirigoyen (2006), a violência e a opressão podem perdurar por muito tempo mesmo depois de separados. As vítimas vão suportando as relações por acreditarem na mudança do agressor; pelos filhos; pela condição financeira; por amor; pela vergonha e medo da separação; pelo sentimento de culpa e baixa autoestima.

Em virtude das queixas efetivadas e da separação do agressor, surgiram alterações nas suas vidas e dos seus filhos. Duas das vítimas regressaram à casa dos pais; duas arrendaram uma casa, e a outra continuou a residir na mesma habitação porque o agressor foi preso preventivamente. Contudo, em três, os agressores mantiveram contactos, tentando restabelecer a relação, e em duas das vítimas a pressão e chantagens eram constantes que se viram obrigadas a ter relações sexuais, corroborando Alarcão, 2002, refere que quando surge a violência física, pode surgir as exigências de carácter sexual e violação.

Um dos agressores conseguiu que lhe fosse atribuída a custódia do filho, indo ao encontro de Brewster (2003), quando refere que o agressor pode tentar a disputa do filho, perseguindo a vítima no sentido de usar provas em Tribunal.

Todas as vítimas têm a consciência que se não fosse aplicado o sistema de VE, possivelmente, já estariam mortas, tal como sustenta Hirigoyen (2006), quando destaca que a maioria dos homicídios das mulheres decorre durante a fase de separação.

São referidas várias dificuldades sintomáticas a nível mental e do sistema nervoso, despoletadas por todo o sofrimento: ansiedade, distúrbio do sono, pesadelos, depressão,



memórias e baixa autoestima. Por isso, uma das grandes consequências da vitimação é a perturbação - *stress pós-traumático*.

Nos filhos são visíveis a assimilação de comportamentos de agressividade, baixo empenho escolar, ansiedade e desobediência. Para as vítimas o maior dano continua a ser o psicológico, mantendo-se em acompanhamento algumas delas, bem como os seus filhos. Como defende Minoyo (2006), devido ao grande número de vítimas (sequelas físicas e psicológicas), a violência adquiriu a responsabilidade de saúde pública.

Como podemos constatar nos filhos, os efeitos das representações e aprendizagens poderão ter repercussões perniciosas no desenvolvimento estrutural das crianças. Jenny Horsman refere que se a educação não reconhecer a violência nas vidas das mulheres e das crianças, bem como o seu impacto nas aprendizagens, muitos alunos não só terão insucesso, como tenderão a viver o contexto escolar como mais um espaço de silêncio e de violência, onde são controlados e desvalorizados por estruturas institucionais e interações pedagógicas que, de algum modo, os culpam pela sua incapacidade para aprenderem (Horsman, 2000, cf. Costa, 2004).

Relativamente à atividade laboral, a maioria das vítimas refere que deixaram de aceitar alguns empregos, quando coabitavam com o agressor, porque ele não aprovava. Foi difícil convencer os agressores a deixá-las procurarem o seu trabalho. Tiveram situações em que se despediram devido ao agressor, e no caso da vítima B esteve quase a perder o trabalho, senão lhe fosse aplicado o sistema de VE. O que se verifica é que o agressor por desconfiança, ciúmes e principalmente pelo sentimento de poder, demonstra preferir a mulher em casa, que dependa financeiramente dele, criando um sentimento de posse e de superioridade. O facto de a vítima ter o seu trabalho e uma condição financeira que lhe possa proporcionar maior autonomia, poderá promover mais facilmente o rutura da relação.

No que concerne ainda à atividade profissional, constatamos que, embora com algum esforço, mesmo sem dormir, as vítimas iam sempre trabalhar, por se sentirem mais protegidas quando afastadas do agressor.

Como refere Machado e Gonçalves (2003), o isolamento é um dos fatores contribuintes para a violência. Assim verificou-se que os agressores adotaram esta estratégia, afastando as vítimas das suas relações de proximidade familiar ou de amizades, ou levando a que estas se afastassem devido a atitudes que este adotava, com as quais não se identificam e privando-se da sua convivência, vitimizando sempre a mulher e filhos, que sofrem as consequências do afastamento.

Quanto às queixas apresentadas pelas vítimas, embora viesse mudar, temporariamente, os comportamentos do agressor, estes retomavam-nos, demonstrando pouca intimidação pelo sistema de justiça. As vítimas são uníssonas no entendimento de que deveriam ter apresentado mais queixas, no sentido de acelerar o processo.

Note-se que sendo a VD um crime público, a 1ª queixa na vítima C foi apresentada pela entidade patronal, e na vítima D pelos Serviços de Saúde. Este poderá ter sido o desencadear de nova(s) queixa(s), nos OPC. Posteriormente, foi atribuído o estatuto de vítima e encaminharam-nas para a APAV ou Gabinetes específicos de apoio à vítima em IPSS locais, bem como a todas foi perguntado se desejariam ir para uma Casa de Abrigo.

A vítima D recusou sair de casa, não por conhecimento da Lei, mas porque achava que não deveria sair. A vítima E saiu de casa, pensando que seria temporariamente, mas nunca mais conseguiu regressar, porque o agressor continuou a residir na mesma habitação. A Lei é muito clara e permite na alínea c) do art. 31.º da Lei nº112/2009, de 16 de setembro, “que o agressor não permaneça na residência onde o crime tenha sido cometido ou onde habite a vítima”. Há vítimas que continuam a ser duplamente vitimizadas, juntamente com os seus filhos que se viram privados das suas coisas, dos seus amigos, da escola, tendo que recomeçar uma nova etapa, noutra local.

O abandono da relação promove em parte o reaproximar e, com a implementação do sistema de VE, facilita a promoção de novas amizades e o fomentar de novas relações. Das 5 vítimas, 3 têm novas relações afetivas, mas com vidas independentes, estando em fase de conhecimento e descoberta, tendo, as vivências passadas, lhes trazido maior desconfiança das pessoas.

Quaisquer que sejam as circunstâncias e as formas de violência sofrida, as mulheres sentem vergonha e constrangimento de revelar os factos às famílias e amigos, tendo a tendência para protegê-los destes problemas, o que pode originar consequências psicológicas ou lesões e incapacidades para toda a vida. Como refere Eduardo Sá (1997) o que mais dói na violência não será tanto a dor em si, mas a solidão que a dor deixa a descoberto, quando não temos em nós quem no-la cicatrize e nos conforte.

Alguns dos fatores a destacar, que parecem determinar na reação das vítimas, são a não resignação; o receio da morte; os filhos; a independência financeira; uma geração que não está tão disposta a suportar os maus-tratos, contrariando o velho mito “*entre marido e mulher não metas a colher*” e substituindo-o por “*entre marido e mulher alguém meta a colher*”.

Subestimando um resquício de uma sociedade tradicionalista no pior dos sentidos, *onde há mulher só resta calar*.

Consideramos que muito tem contribuído para esta mudança, o maior investimento das entidades públicas e privadas dando maior ênfase à problemática, o trabalho das equipas especializadas no acompanhamento das vítimas e que tem promovido maior desinibição e motivação na apresentação da queixa, rompendo a relação, bem como o facto de ser um crime público. Contudo, ainda há muito a fazer, essencialmente na divulgação dos direitos e proteção das vítimas, que, na prática, não têm informações importantes quanto a direitos. Exemplo disso é as indemnizações, ou o direito de permanência na habitação familiar, onde residia com o agressor. Outra evidência relatada é a perda de direitos, uma vítima deixou de ser beneficiária do Rendimento Social de Inserção (RSI), por ter regressado para casa dos pais. Noutra situação, por ter ido para casa dos pais com os filhos, os abonos de família passaram do 2º escalão para o 3º. A vítima fez uma exposição para a Assembleia da República e a situação veio a ser alterada, passando agora do 3º para o 1º escalão.

A implementação do dispositivo de VE trouxe enormes contributos para a proteção das vítima(s), promovendo o afastamento, vivências mais seguras e a possibilidade para, sem a pressão do agressor, poderem pensar e decidir a sua vida e dos seus filhos. É consensual que a aplicação da VE “foi a melhor coisa que me podia ter acontecido...Graças a Deus”.

Considera-se que esta medida de VE evite casos como os descritos, de violência, pressão, sofrimento, com inibição de usufruir dos seus pertences, quando em determinadas situações existem num curto espaço de tempo 4/5 queixas efetuadas.

Como menciona Caiado (2009), qualquer processo de experimentação é realizado no sentido de progressão e melhoramento do sistema. Como tal, também esta tecnologia (VE) tem limites, que, no futuro, certamente, serão motivo de alterações. Assim, foram surgindo algumas dúvidas e constatações quanto a esta versão tecnológica, que podem pôr em causa o principal objetivo: proteger as vítimas.

Por vezes, o aparelho não dá o sinal de alarme quando o agressor entra no raio considerado proibido, sendo este registado apenas quando estão sobre o alcance visual ou quando já estão a passar um pelo outro, principalmente quando se deslocam em veículo automóvel. Há relatos de que quando entram em edifícios de maior dimensão, o dispositivo emite um sinal sonoro que indica que está sem rede.

O sistema tem como intenção a proteção da vítima, no entanto esta também deverá pensar e optar por trajetos ou locais mais seguros que não a coloquem em risco, afastando-se o mais

possível das proximidades do agressor. Porém há vítimas que, embora julguem muito positivo a aplicação do sistema, deixam de fazer algumas das suas rotinas em benefício do agressor, por este se encontrar no local para onde tinham a intenção de se deslocar, ficando do seu ponto de vista penalizadas.

Outra das dúvidas é o seu alcance, parecendo ineficaz quando este apenas tem rede em território nacional. Por último, surgem dúvidas quanto ao agressor receber o sinal de alarme quando se aproxima da vítima, podendo este ter as referências de localização e avançar, situação que lhes provoca intimidação.

Quanto ao facto de ter que transportar o aparelho, não sentem qualquer inconveniente, e que entre as desvantagens que possam existir, elas são improfícuas comparativamente com as vantagens.

É também referido por algumas das vítimas, pontualmente, esquecerem-se do aparelho, pela tranquilidade e confiança que começam a sentir. Será que era importante outro modelo com as mesmas características da *pulseira* utilizada pelo agressor?

A maior preocupação e dúvida sentida é relativamente ao que irá acontecer depois da medida de fiscalização através da VE, situação que despoleta maiores índices ansiógenos e maior insegurança.

Na investigação que tivemos a oportunidade de realizar, verificámos que, nas 5 vítimas, desde a última queixa e separação do casal, até à decisão do Tribunal para a aplicação do dispositivo demorou entre 3 e 10 meses. Depois do consentimento do agressor até à aplicação, em média demorou 1 mês. Após a aplicação do SVE, apenas a vítima C se sentiu uma vez intimidada.

Face aos dados apresentados, podemos concluir que, embora a VD seja uma problemática muito específica, com contornos muito sensíveis de avaliação e decisão, e os processos tenham carácter de urgência, estes continuam a ser de trato moroso. As vítimas mantêm o sofrimento pelos danos causados durante a relação e pelas pressões após a separação, não conseguindo augurar soluções a não ser através do sistema judicial.

As políticas de proteção poderão ter um efeito muito positivo na mudança destas famílias, sendo para isso importante aos profissionais perceberem o quanto é necessário um atendimento esclarecido e empático, e não a descrença nas autoridades. Citando Matos (2003), a reincidência é alimentada por várias circunstâncias consequentes à violência: as descrenças nas autoridades e legitimação e impunidade social. A intervenção deverá ser concertada e em rede (rede deriva do latim, *reticulum*, diminutivo de *retis*, que significa um

conjunto de linhas que se entrecruzam e funciona como suporte), onde é fulcral um atendimento especializado, de avaliação do risco de retaliação, perigosidade e a concertação de um plano de segurança, que deveria partir através de Equipas Multidisciplinares ainda no MP e após a 1ª queixa, que passariam a acompanhar o caso com a maior descrição e proximidade, facultando à vítima maior liberdade, independência e responsabilidade na tomada de decisões. Draucker acentua que a intervenção em crise deve visar a segurança da vítima, sendo útil conhecer o funcionamento do stalker para antecipar as suas ações (Draucker, 1999, cf. Coelho & Gonçalves, 2007).

Dos agressores deste estudo, 3 aguardam o desfecho processual, encontrando-se a correr em Tribunal, e 2 foram condenados. Um a 3 anos e 6 meses de prisão, suspensa na sua execução pelo mesmo período, permanecendo em acompanhamento numa ERS e frequenta a consulta de violência familiar. O outro foi condenado, recentemente, a 5 anos de prisão efetiva. No entanto independentemente da pena aplicada ao agressor, devem ser impostos programas específicos no sentido de prevenir a possibilidade de hipotéticas vítimas. Tal como referiu Elza Pais: proteger as vítimas é um dos lados do programa, o outro é intervir junto dos agressores. Esta acredita que é possível prevenir a revitimação através de um trabalho estruturado com os criminosos (Jornal de Notícias, 2012). Também Rui Abrunhosa<sup>45</sup>, na sua teoria da pirâmide, refere que é importante punir, tratar e controlar.

---

<sup>45</sup> Congresso “Na Urgência de Agarrar Vítimas e Agressores” (2005), em Alcobaça.

## **Conclusão**

A investigação deu-nos a oportunidade de reconhecer que a violência se efetua através de um ciclo, que deixa marcas irreparáveis, tanto a nível físico, como psicológico, e que pode perdurar com maior intensidade, se nada vier a acontecer, ao nível da intervenção.

Como Técnicos de Reinserção Social (TSRS), e mais especificamente no contacto diário com algumas vítimas, no decorrer da investigação fomos surpreendidos pela colaboração na investigação; pela descrição; pela profundidade dos relatos dos episódios de violência; e por toda a disponibilidade. Como refere Martins (1999), a investigação é uma aproximação ao conhecimento da realidade social e uma estratégia de repensar e renovar as práticas.

Em diversas fases, a vítima encontra-se num estado de tal fragilidade que lhe é impossibilitada a resistência, chegando mesmo a desejar que tudo acabe o mais rápido possível. Desta forma, a sua passividade não configura um consentimento, mas uma estratégia de sobrevivência.

A realização deste trabalho revelou-se uma experiência muito enriquecedora, devido à oportunidade que tivemos em consolidar e ganhar um conjunto de saberes, proporcionando-nos o desenvolvimento de um pensamento crítico sobre a realidade, coadjuvado pelo conhecimento e contacto directo no terreno com esta problemática.

Como pudemos verificar, e comparativamente com o período anterior à aplicação do dispositivo de VE, este tornou-se um contributo indispensável nesta problemática, vindo a proporcionar-lhes o afastamento dos agressores garantindo que se cumpram as proibições de aproximação decretadas pelo Tribunal.

Na verdade este sistema, embora possa apenas ajudar temporariamente à não aproximação do agressor da vítima e vice-versa, também permite maior clareza e perceção à vítima do afastamento, no sentido do tratamento e reflexão da relação vivida. Este afastamento evita igualmente que o stalker (agressor/perseguidor) continue a pressionar, intimidar e ameaçar de consequências futuras, e, por último, permite maior lucidez quanto ao sentido de justiça, sobre as questões processuais que muitas vezes se impõem, de decisão, por SPP ou a continuidade do processo, com maior probabilidade de julgamento e respetiva condenação.

Esta medida aumentou significativamente a qualidade de vida das vítimas, repondo-lhes maior tranquilidade; maior estabilidade profissional; recuperar ou iniciar amizades; menor ansiedade e outros problemas de saúde, dispondo de mais tempo para recuperarem o estado anímico. As mudanças são igualmente ao nível familiar, quando anteriormente apenas podiam falar pontualmente com os familiares e às escondidas, atualmente, passaram a fazê-lo

permanentemente e a ter um apoio fundamental aos vários níveis, fortalecendo as relações. Passaram a beneficiar das relações sociais, desfrutando de mais tempo para tomar decisões quanto ao futuro, sem pressões, valendo o aconselhamento técnico que, anteriormente, era impensável.

A colocação do dispositivo de VE demora em média 1 mês, o suficiente para poder ter um desfecho trágico na(s) vítima(s), uma vez que esta determinação despoleta, normalmente, um sentimento de abandono, levando o agressor, por vezes, a comportamentos agressivos, inconscientes, com consequências bastante penosas para esta(s). Por isso, de imediato, é essencial procurar manter a vítima numa situação livre de violência, para que o processo de apoio possa progredir com eficácia e sucesso, assegurando o seu bem-estar físico, mental e social. Para que as vítimas não estejam expostas ao risco durante as investigações e julgamentos devem ser protegidas de intimidação, coação e repressão. Assim, julgamos que para prevenir a continuidade de violência, aos agressores o sistema de VE deveria ser colocado ainda no Tribunal, quando este é chamado para consentir a aplicação do sistema.

No discurso das vítimas surgem incertezas quanto ao período pós medida de fiscalização através da VE, que as deixa preocupadas, na dúvida se o agressor não voltará a atacar, pressionar, vigiar, ameaçar, perseguir ou violentar. Desta forma, consideramos um tema, em aberto, para prosseguimento de novas investigações, no sentido de perceber qual a atitude dos agressores após o termo da medida de afastamento.

A temática proposta a estudo ocupa um lugar de destaque nos discursos sociais, científicos e políticos, mas, apesar de muito se ter evoluído a este respeito, é urgente continuar a criar e implementar medidas preventivas, que terão de ter maior peso na sociedade do séc. XXI.

Quanto ao início do procedimento criminal, conforme já descrito, por se tratar de um crime público, pode ser denunciado por qualquer pessoa ou entidade, não apenas pela vítima. Da mesma forma, conforme o artigo 286º do CP, destacamos a obrigatoriedade das entidades policiais e funcionários públicos na denúncia dos crimes que tomarem conhecimento no exercício de suas funções e por causa delas. Ao atribuir-se natureza pública alarga-se o leque à comunidade e a diversas entidades que poderão acionar o procedimento criminal.

As queixas realizadas de VD têm uma representatividade reduzida, mas em crescendo. Continua a haver muita encoberta, por vergonha, por falta de coragem, embora a divulgação, as notícias televisivas, passem a dar maior destaque e motivem outras a efetuar a queixa e tentar por cobro a tais comportamentos. Exemplo é o número apresentado pelo género

masculino que em 2004 cresceu para 15%, sendo maioritariamente vítimas de violência psicológica.

Para uma adequada resposta em termos de proteção, é determinante uma ligação célere de medidas aos intervenientes no processo, desde os OPC e os magistrados titulares do processo, que permitam, no imediato, proteger e salvaguardá-las do perigo e continuidade criminosa. Para isso, é crucial a recolha de provas e a avaliação das características do agressor que poderão levar a novas violações caso se prolongue a coabitação. Às vítimas devem ser concedidas todas as informações sobre os seus direitos e sobre os serviços de apoio existentes, otimizando os meios sociais e legais, centrando-se na proteção e bem-estar das vítimas, reduzindo a sintomatologia associada à vitimação.

Estamos cientes que muito há a fazer para enfrentar o problema, contudo são visíveis algumas estratégias implementadas recentemente de prevenção, nomeadamente, respeitante ao IV PNCVD. Destaco as seguintes medidas recentes: na intervenção do serviço público de emprego (ionline, 2012); o reforço financeiro, para o ano 2012/2013, a 10 núcleos de apoio às vítimas, com protocolo com a SS (renascença, 2012), e o acesso ao arrendamento de casas mais baratas (renascença, 2012).

Será que o afastamento e proibição de contactos do agressor da vítima terá algum efeito neste sem que, paralelamente, haja um acompanhamento/tratamento do agressor?

Resta-nos trabalhar juntos para que consigamos eliminar esta prática que é uma violação dos Direitos Humanos dos Cidadãos, tal como é definida na Declaração e Plataforma de Acção de Pequim<sup>46</sup>, da ONU, 1995, onde se considera que a violência contra as mulheres é um obstáculo à concretização dos objetivos de igualdade, desenvolvimento e paz, e viola, dificulta ou anula o gozo dos direitos humanos e liberdades fundamentais.

Guardamos na memória a ambivalência de sentimentos, de passagens repentinas e alternantes entre o choro e a gargalhada, as informações cruéis, animalescas, destruidoras do ser humano, de seres irracionais, que violentam, maltratam e deixam sequelas. Será que o tempo apagará?...

Reiteremos a conceção de que “A violência mais destrutiva, não quebra os ossos, mas sim o espírito” (Vachss, 1994, cf. Sani, 1999, p.23).

---

<sup>46</sup> Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher - Pequim, 1995



## **Bibliografia**

Abreu, C. (2011). Execução de penas e medidas com vigilância electrónica. *Revista da Ordem dos Advogados*. 1. Lisboa, pp. 49-70.

Alarcão, M. (2002). (des) Equilíbrios Familiares. Uma visão sistémica. Coleção Psicologia Clínica e Psiquiatria nº16. 2ª Edição, Coimbra, Editora Quarteto.

Almeida, M. (1993). As relações entre as vítimas e sistemas de justiça criminal em Portugal. *Revista portuguesa de ciência criminal*. N.º1 pp. 103-116.

Agra, C. (1998). *Entre Droga E Crime* (2ª Edição). Viseu. Casa das Letras.

Antunes, M. (2003). Violência e vítimas em contexto doméstico. Machado, C. & Abrunhosa, R. *Violência e Vítimas de Crimes*. Coimbra. Quarteto. 1.

APAV (2010). *Proceder*. Manual Alcipe – Para o Atendimento de Mulheres Vítimas de Violência, parte II. Lisboa.

APMJ (2005). *Do Crime de Maus-tratos*, Cadernos Hipátia, Lisboa: CIDM.

Baiona, C. & Jongenelen, I. (2010). Prisão sem grades : factores para o sucesso da medida. *Revista de reinserção social e prova, Ousar integrar*. 6. Lisboa. Ministério da Justiça / Direcção Geral de Reinserção Social, pp. 61-72.

Beleza, T. P. (2007). Violência Doméstica. In Jornadas sobre a revisão do Código Penal. Fórum Lisboa. Retirado em 07/02/08, a partir de [http://www.cej.mj.pt/cej/ficheiros/pdf/formapermanente200708/violencia\\_domes](http://www.cej.mj.pt/cej/ficheiros/pdf/formapermanente200708/violencia_domes)

Bell, J. (2004). *Como realizar um projecto de investigação*. Lisboa: gradiva.

Brewster, M. (2003). Power and Control Dynamics in Prestalking and Stalking Situations. *Journal of Family Violence*, 18, pp. 207-217.

Código Penal, Lei 59/2007, D.R. nº170, 09-04-2007.

Código Processo Penal, Lei 26/2010, D.R. nº168, Série I, de 30-08-2010.

Coelho C. & Gonçalves A. (2007). Stalking: uma outra dimensão da violência conjugal. *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*. Nº2.

Costa, M. & Duarte, C. (2000), Violência Familiar – *Colecção Flor de Lótus*. Âmbar.

Caiado, N. (2009). Vigilância electrónica em Portugal: contributos para a história do primeiro ciclo da vigilância electrónica (2002-2005). *Revista de reinserção social e prova Ousar integrar*. 2. 2ª parte. Lisboa. Ministério da Justiça / Direcção Geral de Reinserção Social, pp. 81-97.

Caiado, N. & Lopes, T. (2010). Inovar a execução das penas: a associação da vigilância electrónica a novas formas de prisão domiciliária e de execução da liberdade condicional. *Revista portuguesa de ciência criminal*. Lisboa.

Coelho, C. & Gonçalves, R. (2007). Stalking: Uma Outra Dimensão Da Violência Conjugal. *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, 2, Coimbra, pp. 269-302.

Comissão para a Igualdade e Para os Direitos das Mulheres (1997). Plano global para a igualdade de oportunidades. Lisboa: CIDM; Presidência do Conselho de Ministros.

Comissão para a Igualdade e Para os Direitos das Mulheres (2003a). II Plano Nacional contra a Violência Doméstica. Lisboa: CIDM; Presidência do Conselho de Ministros.

Comissão para a Igualdade e Para os Direitos das Mulheres (2003b). II Plano Nacional para a Igualdade (2003-2006). Lisboa: CIDM; Presidência do Conselho de Ministros.

Comissão para a Igualdade e Para os Direitos das Mulheres (2004). A igualdade de género em Portugal (2003). Lisboa: CIDM; Presidência do Conselho de Ministros.

Costa, J. (2003). *Sexo, Nexo e Crime*. Lisboa: Edições Colibri.

Costa, D. (2005). Percepção social da mulher vítima de violência conjugal. Estudo exploratório realizado no Concelho de Lisboa. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa. Instituto de Ciências Sociais e Políticas.

Dahlberg, L. & Krugg, E. (2002). Violence. A global public health problem. In E. Krug, L. Dahlberg; J. Mercy, A. Zwi & R. Lozano. World report on violence and health (pp. 1-22). Geneva: World Health Organization.

Dahlberg, L. & Krugg, E. (2006). Violence: a global public health problem. *Ciência & Saúde Coletiva*, 11 (2), pp.277-292.

Dias, Isabel. (2004). Violência doméstica: a outra face da família moderna. *Violência na Família - Uma abordagem sociológica*. Porto: Edições Afrontamento.

DiLalla, L., (sd). O papel da família no desenvolvimento dos comportamentos pró-social e agressivo. Matos, A. Vieira, C. Nogueira, S. João, B. Luís, A. *A Maldade Humana: Fatalidade ou Educação?* Coimbra: Edições Almedina. SA. p.p 289-307.

Direção Geral de Saúde. (2003). *Estratégias de Combate à Violência Doméstica: Manual de Recursos*. Lisboa: Ministério da Saúde.

Féria, T. (2005). Sobre o crime de maus-tratos conjugais. In Associação Portuguesa de Mulheres Juristas. Ousar Vencer. A violência sobre as Mulheres na Família. Guia de Boas Práticas Judiciais. Lisboa: Associação Portuguesa de Mulheres Juristas, pp. 13-46.

Fernandes, F. (2009). Vigilância electrónica - um olhar do direito e dos tribunais sobre este mecanismo de controlo de medidas e penas: pena de permanência na habitação e adaptação à liberdade condicional. *Revista de reinserção social e prova, Ousar integrar*. 3. Lisboa. Ministério da Justiça / Direcção Geral de Reinserção Social, pp. 85-96.

Ferreira, V. (1999). Vigilância Electrónica: Promessas e dilemas de uma nova medida penal. Lisboa.

Heise, L. & Garcia-Moreno, C. (2002). Violence by intimate partners. In E. Krug, L. Dahlberg; J. Mercy, A. Zwi & R. Lozano. World report on violence and health (pp. 87-122). Geneva: World Health Organization.

Hirigoyen, M. *A violência no casal: da coação psicológica à agressão física*; tradução de Maria Helena Kühner – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

Lisboa, M. (2002). Vitimação. *Ditos & Escritos: Os custos Sociais e Económicos da Violência Contra as Mulheres*, 17,22-46.

Gonçalves, R. (2004). Agressores conjugais: investigar, avaliar e intervir na outra face da violência conjugal. *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, Coimbra.

Gonçalves, R. (2005). A Avaliação de Ofensores Violentos e Perigosos: O Caso dos Agressores Conjugais. Gonçalves, R. & Machado, C. *Psicologia Forense*. Coimbra: Quarteto, p. 118.

Jardim, M. (sd). O Sistema de Probation: Sanções e Medidas Penais. Instituto de Reinserção Social.

Jardim, M. (1992). O Técnico de Reinserção Social como Agente de Comunicação entre o Tribunal e as Partes. In *Psicologia e Intervenção Social de Justiça*, Porto.

Jardim, M. (1995). A Cidadania Difícil – Novas atitudes profissionais na reinserção social. Lisboa: Instituto de Reinserção Social.

Machado, C. & Gonçalves, R. (2003), *Violência e Vítimas de Crimes*, vol. 1 – Adultos, Coleção Psicologia Clínica e Psiquiatria 13, 2ª Edição, Coimbra. Quarteto.

Matos, M. (2003). Violência Conjugal. Machado, C. & Gonçalves, R.. *Violência e Vítimas de Crimes*. Coimbra. Quarteto. pp. 83-130.

Matos, M. (2005). Avaliação Psicológica de Vítimas de Maus Tratos Conjugais. Machado, C. & Gonçalves, R. *Psicologia Forense*. Coimbra. Quarteto. pp. 159-186.

Matos, M. (2012). Vítimas de Violência Doméstica: Avaliação Psicológica. Almeida, F. e Paulino, M. *Profiling, Vitimologia & Ciências Forenses*. Lisboa: Pactor. pp. 167-174.

Minayo, M. (1998). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo, Rio de Janeiro: Hucitec, Abrasco.

Martins, A. (1999). *Serviço Social Profissão & Identidade Que Trajetória?* Cadernos de Futuro. Lisboa/S. Paulo: Veras Editora.

Pais, E. (1998). Homicídio conjugal em Portugal: rupturas violentas da conjugalidade. Lisboa: Hugin.

Pimentel, A. (2001). *Acção Social na Reinserção Social*. Lisboa: Universidade Aberta.

Portugal, S. (2000). Globalização e violência doméstica. in *Revista Critica de Ciências Sociais*, 57/58, pp. 231-258.

Quivy, R. & Campenhautd, L (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Revista Notícias – *Temas e Notícias da Igualdade de Género*, 85, 21 – 22.

Sani, A. (2010) Prefácio. Nunes, L., in *Crime e Comportamentos Criminosos*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, pp. 15-16.

Sá, E. (coord.) (1997), *A maternidade e o bebé*, Lisboa: Edição Fim de Século.

Sani, A. (2002). *As crianças e a violência*. Coimbra: Quarteto

Silva, L. (1995). *Entre Marido e Mulher Alguém Meta a Colher* (1ª ed). Celorico de Basto: Bolina Editora.

Silva, M. (2002). *Uma reflexão sobre a CIDM e o seu percurso como mecanismo institucional para a igualdade*. Notícias, 64, 22-30. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

Skinner, T.; Hester, M. & Malos, H. (2005). Methodology, feminism and gender violence. In T. Skinner, M. Hester & H. Malos. Researching gender violence: Feminist methodology in action (pp. 1-22). Cullompton: Willan Publishing.

Vianna, T. (2008). Do rastreamento electrónico como alternativa à pena de prisão. *Revista da Ordem dos Advogados*. 2/3. Lisboa, pp. 901-914.

Silva, G. (2005). Pulseiras Eletrónicas Uma Oportunidade À Liberdade. Compilação do Instituto de Reinserção Social. *Vigilância Eletrónica 2002-2004*. Lisboa. Instituto de Reinserção Social. pp. 61-68.

*Violência contra as mulheres na família* – CIDM – Presidência do Conselho de Ministros. Coleção Informar as mulheres nº9.

## **Legislação**

Lei nº319º/82 de 11 de agosto.

Lei nº 400/82 de 23 de setembro.

Lei nº204/83 de 20 de maio.

Lei nº58/95 de 31 de março.

Lei 59/98, de 25 de agosto.

Lei n.º 122/1999, de 20 de agosto.

lei nº 552/99 de 15 de dezembro.

Lei nº 323/2000, em 19 de dezembro.

Lei nº 204-A/2001.

Lei n.º 126/2007, de 27 de abril.

Lei nº 104/2009, de 14 de setembro.

Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro.

Lei n.º 123/2011, de 29 de dezembro.

Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (1999). Resolução de Conselho de Ministros nº55.

Portaria nº 26/2001 de 15 de janeiro.

Portaria nº104/2003 de 27 de janeiro.

Portaria nº 183/2003, de 21 de fevereiro.

Portaria nº109/2005 de 27 de janeiro.

Portaria nº220-A/2010, de 16 de abril.

II *Plano Nacional Contra a Violência Doméstica* – Diário da República nº 154, Resolução do Conselho de Ministros nº88/2003.

III Plano Nacional contra a Violência Doméstica. (2007) Resolução do Conselho de Ministros nº 83/2007. In Diário da República. I Série, 119, p. 3987-4002.

IV *Plano Nacional contra a Violência Doméstica (2011-2013)*. Resolução do Conselho de Ministros n.º 100/2010. D.R. n.º 243.

Resolução do Conselho de Ministros nº 87/2003 de 5 de julho.

Resolução do Conselho de Ministros nº 144/2004, de 28 de outubro.

## **Webgrafia**

[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao\\_4\\_conferencia\\_mundial\\_mulher.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_4_conferencia_mundial_mulher.pdf)

<http://www.apav.pt>

<http://www.cig.gov.pt/>

[http://195.23.38.178/cig/portalcig/bo/documentos/VD\\_participacoes\\_forcas\\_seguranca](http://195.23.38.178/cig/portalcig/bo/documentos/VD_participacoes_forcas_seguranca)

<http://www.jn.pt/PaginaInicial/Sociedade/Interior.aspx?content>

<http://www.oms>

<http://vítimasdestalking.blogs.sapo.pt>

<http://stalkingbehavior.com>

<http://www.otrosi.net>

<http://www.publico.pt/Search/1/?q=stalking>

<http://www.umarfeminismos.org>.

<http://manualmediavd.blogspot.pt/2005/03/fases-do-ciclo-de-violencia-domstica.html>

[http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content\\_id=610386](http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content_id=610386)

[http://www.poph.qren.pt/upload/docs/noticias/Concursos\\_Candidaturas/2012/Gui%C3%A3o\\_7\\_7\\_08Jun2012](http://www.poph.qren.pt/upload/docs/noticias/Concursos_Candidaturas/2012/Gui%C3%A3o_7_7_08Jun2012)

[http://rr.sapo.pt/informacao\\_detalhe.aspx?fid=25&did=71918](http://rr.sapo.pt/informacao_detalhe.aspx?fid=25&did=71918)

[http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content\\_id=610386](http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content_id=610386)

<http://www.violencia.online.pt/Mulher>

## **Apêndices**



## **Apêndice 1**

### **Guião de Entrevista**

## *Guião de Entrevista*

**Entrevistador:**

**Entrevistado:**

**Data:**

**Hora:**

**Local:**

**Recursos:**

| BLOCOS   | OBJECTIVO DO BLOCO  | QUESTÕES ORIENTADORAS   | PERGUNTAS DE RECURSO                       |
|--|---|---|--|
| 1-Legitimação da entrevista.                                       | Apresentar os objetivos do estudo; referir que a entrevistada pode desistir a qualquer momento; garantir o anonimato e a confidencialidade dos dados; solicitar autorização para gravar a entrevista e o consentimento informado. | Apresentação dos objetivos da investigação; explicação processual da entrevista e solicitação do consentimento informado.<br><br>Gostaria de lhe perguntar se me autoriza a utilizar um gravador áudio para registar as suas respostas? |  |
| <b>Caracterização da relação entre a(s) vítima(s) e o agressor</b> |   |   |  |
| 2-Characterização da vítima e do seu agregado familiar.            | Obter alguns dados pessoais da vítima.<br><br>Conhecer o percurso escolar da vítima.<br><br>Conhecer o agregado familiar da vítima  | Qual a sua idade? Qual o estado civil? Qual a sua residência?<br><br>Quais as suas habilitações académicas?<br><br>Por quem era composto o seu agregado familiar?<br><br>Quanto tempo viveu com o agressor?                             | Qual a idade? Os filhos são desta relação? |

|  |   |  |  |
|--|---|--|--|
| 3-Characterização dos comportamentos agressivos. | <p>Conhecer os motivos, a duração, o tipo e o local das agressões.</p> <p>Saber se há historial de violência doméstica no agregado de origem da vítima.</p>                         | <p>Como começaram os conflitos? Quais as causas? Quais as formas de violência? Qual o Local da agressão? Durante quanto tempo foi agredida?</p> <p>Há histórias de agressões na sua família de origem?</p> <p>Quais as reações do agressor depois das agressões?</p> |  |
| 4-Relações de proximidade antes da queixa.       | <p>Conhecer a envolvência dos familiares, que compõem o seu agregado familiar, no contexto de VD.</p> <p>Perceber as relações de amizade.</p> <p>Conhecer os apoios familiares.</p> | <p>Tinha um ciclo de amigos regular durante a ocorrência dos factos?</p> <p>Teve apoio dos restantes familiares?</p>   | <p>Este(s) assistia(m) aos episódios de agressão? O que é que eles faziam? Qual a perceção dos seus familiares sobre o que se passava com o casal? Estes também eram agredidos?</p> <p>Pensa que os seus filhos foram e/ou são prejudicados por testemunharem a violência entre os pais? De que forma?</p> <p>Qual a sua atitude perante os factos?</p> <p>Quais os familiares? Tipo de apoio?</p> |

|   |  |  |   |
|---|--|--|---|
| 5-Atividade laboral/<br>situação económica<br>antes da queixa.                            | Conhecer a situação laboral e as<br>consequências da vitimização no<br>contexto laboral. | <p>Estava empregada?</p> <p>A vitimação teve repercussões sobre a sua<br/>vida profissional?</p>   | <p>Qual a sua Profissão? Quais as<br/>causas do desemprego? Dependia<br/>financeiramente do agressor?</p> <p>Quais?</p> <p>Esteve em perigo de perder o<br/>trabalho? Porquê?</p> <p>Continua a trabalhar no mesmo<br/>local? Interrompeu a sua atividade<br/>laboral? Quais as causas?</p> |
| 6-Problemas de<br>saúde antes da<br>queixa.   | Conhecer os problemas de saúde e a<br>conexão às agressões.                              | Tinha problemas de saúde?  | <p>São consequência da vitimação?</p> <p>Os familiares que compõem<br/>(compunham) o agregado têm<br/>problemas de saúde? Que<br/>problemas?</p>  |
| <p align="center"><b>A situação da(s) vítima(s) após as queixas<br/>e a separação</b></p> |  |  |   |
| 7- Diligências na<br>apresentação da<br>queixa.   | Conhecer as diligências envoltas na<br>realização da queixa.                             | <p>Quantas queixas apresentou? Quem efetuou<br/>a queixa, e onde?</p> <p>Quais as instituições por onde passou desde<br/>o início do processo?</p> | <p>Sentiu dificuldades para efetuar a<br/>queixa? Teve apoio de alguém<br/>para fazer a queixa? Que tipo de<br/>ajuda lhe foi disponibilizado?</p> <p>Hoje teria feito a queixa? Porque</p>   |

|  |  |   |  |
|--|--|---|--|
|  | <p>Quais as consequências da apresentação da queixa.</p> <p>Entender as reações do agressor após a apresentação da queixa.</p> | <p>Houve mudanças nas suas rotinas e nos vários contextos após a queixa?</p> <p>Como é que reagiu o agressor depois da queixa? Desde que efetuou a 1ª queixa, continuou a ser vítima de ameaças e/ou agressões por parte do agressor?</p> <p>Antes da colocação do sistema (VE), o facto de o agressor ter conhecimento que iria estar sujeito a fiscalização, ajudou a promover algum episódio de ameaça ou outro desagradável para consigo?</p> | <p>só apresentou a queixa naquele momento?</p> <p>Quais?</p> <p>Saiu de casa depois de efetuar a queixa?</p> <p>Depois de realizar a queixa alguma vez se arrependeu?</p> <p>Porquê?</p> <p>Qual a frequência?</p> |
| 8-Alterações no agregado familiar e relações de proximidade após a apresentação da queixa. | <p>Conhecer a situação familiar.</p> <p>Perceber as alterações comportamentais e logísticas do</p>                             | <p>Depois da queixa continuou a residir com o agressor?</p> <p>Qual é o seu agregado familiar atual?</p>  | <p>Até quando? Sentiu diferenças por parte do agressor?</p> <p>Desejaria constituir novo agregado familiar?</p> <p>Para onde foi (foram)?</p> <p>Após a queixa sentiu alterações</p>                               |

|   |  |   |  |
|---|--|---|--|
|   | agregado.<br><br>Conhecer ao laços relacionais entre pai-filho(s).   |   | no comportamento das pessoas que compunham o seu agregado familiar?<br><br>Se não tivesse efetuado a queixa, como acha que seria a sua vida e do seu agregado?<br><br>Qual é a relação atual do(s) filho(s) com o pai? |
| 9-Situação laboral, económica e habitacional após a queixa.   | Conhecer a situação laboral, económica e habitacional.<br>Conhecer as participações estatais e familiares no processo. | Qual a sua situação profissional atual? Qual a sua situação económica? Onde se encontra a residir?<br><br>Recebeu alguma contribuição monetária do estado? Recebe alguma ajuda do estado?<br><br>Tem ajuda de familiares? | Os filhos recebem a Pensão de Alimentos?<br><br>De quem?   |
| 10-Alteração da condição de saúde.  | Conhecer o estado de saúde da vítima e dos filhos.   | Sentiu alterações ao nível do seu estado de saúde?  | E das pessoas que compõe (compunham) o seu agregado?   |
| <b>Alterações nas vivências da(s) vítima(s) depois da aplicação do sistema de Vigilância Eletrónica</b> |  |   |  |
| 11-Aplicação do   | Conhecer o tempo que decorreu entre  | Quanto tempo demorou a aplicação do   |  |

|                             |   |   |  |
|-----------------------------|---|---|--|
| dispositivo de fiscalização | <p>a queixa e a aplicação do sistema; e entre a decisão do Tribunal e a aplicação do sistema;</p> <p>Perceber as possíveis ameaças após a decisão do Tribunal.</p> <p>Entender as alterações proporcionadas pelo sistema de VE no modo de vida da vítima.</p> <p>Conhecer as vantagens e desvantagens do sistema.</p> | <p>sistema, por parte dos serviços de VE, após a queixa? Quanto tempo demorou a aplicação do sistema depois de ter sido chamada ao Tribunal pela 1ª vez? Quando é que foi aplicado o sistema de VE?</p> <p>Já passou por alguma situação desagradável depois de estar monitorizada pelo sistema de VE?</p> <p>Alguma vez teve contacto com o agressor após o acompanhamento em VE?</p> <p>Durante este tempo (espera de colocação do dispositivo), sofreu algum tipo de ameaça por parte do agressor?</p> <p>Como se processam as suas rotinas após a colocação do dispositivo?</p> <p>Em que medida é que pensa que o sistema a beneficiou?</p> <p>Em que medida é que pensa que o sistema a prejudicou?</p> <p>Sente-se segura com esta medida?</p> | <p>Consegue dar-nos exemplos?</p> <p>Qual a sua reação? E a dele?</p> <p>Quando?</p> |
|-----------------------------|---|---|--|

|  |   |  |   |
|--|---|--|---|
| 12-Efeitos do sistema de fiscalização na relação familiar e de proximidade da (s) vítima (s) | <p>Conhecer a contribuição do sistema na relação entre o agressor e os elementos do anterior agregado familiar.</p> <p>Conhecer os efeitos do sistema nas relações familiares e amizades.</p> | <p>Houve alterações na relação com os seus familiares depois da colocação do dispositivo?</p> <p>A medida de monitorização contribuiu para o fortalecimento das suas relações familiares? E na relação com os seus amigos?</p> | <p>Os familiares que compõem ou compunham o seu agregado familiar têm contacto com o agressor?</p> <p>Que efeitos exerce este sistema de VE na relação do agressor com os familiares do anterior agregado?</p> <p>Quais os contributos?</p> <p>Sentiu diferenças no comportamento dos seus familiares? Quais?</p> |
| 13-Alterações no percurso laboral e situação económica depois da aplicação do sistema.       | <p>Conhecer as alterações laborais e financeiras com a aplicação do dispositivo.</p>  | <p>Qual a influência que a aplicação da medida teve na sua situação profissional atual?</p> <p>Se não tivesse este sistema de VE, como seria a sua vida a nível profissional? E qual a sua condição financeira?</p>            |   |
| 14-Mudanças ao nível da saúde depois da aplicação do sistema.                                | <p>Conhecer as alterações ao nível da saúde com a aplicação do sistema.</p>   | <p>Houve alterações no seu estado de saúde?</p> <p>Esta medida teve implicações diretas na alteração do seu estado de saúde?</p>   | <p>Quais?</p> <p>Quais? E no estado de saúde das pessoas que compunham o seu agregado familiar? Quais?</p>  |



|                                      |    |  |  |         |
|--------------------------------------|----|--|--|---------|
| 15-Possíveis<br>mutações<br>sistema. | ao | Percecionar a eficácia do sistema e<br>perceber quais as alterações a sinalizar<br>no sistema na óptica da vítima.   | Qual seria o momento ideal para a colocação<br>do dispositivo? Estaria mais descansada se o<br>dispositivo fosse colocado, logo no<br>Tribunal, quando o arguido dá o seu<br>consentimento?<br><br>Se pudesse alterar este sistema, o que faria<br>de diferente? Nota algum inconveniente ao<br>estar “vigiada” pelo sistema de VE? Sente-se<br>segura com o sistema de VE? Pensa no<br>futuro, sem o sistema de VE? | Porquê? |
| 16- <i>Terminus</i>                  |    | Agradecer a participação da<br>entrevistada;<br><br>Perceber como correu a entrevista para<br>a entrevistada;<br><br>Solicitar contributos para a<br>investigação. | Gostaria de acrescentar alguma informação<br>que seja pertinente para o nosso estudo?  |         |

## **Apêndice 2**

### **Termo de Consentimento Informado**

## Consentimento Informado

Entre \_\_\_\_\_(mestrando) e \_\_\_\_\_, é estabelecido o acordo que a seguir se apresenta.

O mestrando compromete-se a:

- a) Conduzir a investigação de acordo com os parâmetros de qualidade preconizados pela comunidade científica da especialidade (Código de Conduta da APA);
- b) Assegurar a confidencialidade de toda a informação referente a cada entrevistada, garantindo que ninguém tem acesso à gravação áudio das entrevistas ou à sua transcrição, para além da equipa de investigação;
- c) Devolver à organização e às entrevistadas os resultados do trabalho realizado;
- d) O uso das entrevistas exclusivamente para fins de investigação;
- e) Prestar quaisquer esclarecimentos às entrevistadas acerca do decorrer da investigação.

O/A entrevistado(a) compromete-se a:

- a) Assumir o papel de entrevistada, embora fique salvaguardada que possa recusar responder a qualquer das perguntas colocadas;
- b) Responder com sinceridade às perguntas colocadas;
- c) Permitir a gravação áudio das entrevistas;
- d) Permitir a publicação do estudo nos termos habituais da publicação científica o que inclui a transcrição de curtos excertos das entrevistas, salvaguardando, porém, o anonimato das respetivas entrevistadas.

Assinaturas:

---

*Mestrando*

---

*Entrevistada*

Local e data